

Departamento de Educação

**Mestrado em Educação Especial: área de especialização de Cognição
e Motricidade**

Construção e Implementação de um programa de educação sexual para alunos com necessidades educativas especiais no 1º ciclo do Ensino Básico

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Educação Especial: área de especialização de Cognição e Motricidade

Construção e Implementação de um programa de educação sexual para alunos com necessidades educativas especiais no 1º ciclo do Ensino Básico

Pedro Miguel Carvalho Fernandes

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Miguel Augusto Santos

setembro de 2012

Agradecimentos

Agradeço ao orientador Professor Doutor Miguel Santos a partilha do caminho traçado para a concretização deste trabalho e pela compreensão demonstrada face às vicissitudes do meu ciclo de vida familiar.

Resumo: Existe hoje, em Portugal, um quadro político e legal sobre a educação sexual nas escolas, tanto ao nível da legislação como das orientações curriculares e técnicas. A abordagem da temática tornou-se obrigatória a partir da publicação da Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto que implementa a educação sexual em meio escolar com carga horária de pelo menos seis horas no ensino básico. Definiram-se conteúdos mínimos obrigatórios a trabalhar em cada ano de escolaridade e foi atribuída aos professores a responsabilidade da educação sexual em contexto escolar. A educação especial e os profissionais desta área são também envolvidos na abordagem desta matéria com os alunos com necessidades educativas especiais que apoiam nas escolas.

Na medida em que os documentos de política educativa são, na generalidade, um pouco ambíguos e dada a inexistência de propostas de adequações curriculares dos conteúdos de educação sexual, surge a proposta de elaboração de um programa de educação sexual para alunos com necessidades educativas especiais. A adequação do processo de ensino aprendizagem, através da proposta de adequações curriculares, tem por objetivo facilitar o acesso à informação, ao desenvolvimento pessoal e social e à vida sexual autónoma dos alunos com necessidades educativas especiais.

Da construção do programa e da necessidade de o avaliar, surgiu a possibilidade de aplicação deste programa a uma turma de 3.º e 4.º ano com 5 alunos com necessidades educativas especiais. Concluiu-se que, também na área da educação sexual e à semelhança da docência de uma área disciplinar, mediante as diferentes necessidades dos alunos os docentes, poderão acrescentar ou retirar objetivos e conteúdos, tendo em vista a normalização da participação e aprendizagem dos alunos com

necessidade educativas especiais. O professor deverá atender à situação individual de cada criança, sendo o ensino individualizado.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexualidade; Necessidades Educativas Especiais

Abstract: Nowadays, in Portugal, there is a policy and legal framework on sexual education in schools, both in terms of legislation as well as in curricular programs and technical orientations. The thematic approach became mandatory after the publication of the decree no.º 60/2009 on 6 August implementing sex education in schools with a workload of at least six hours in basic education. Minimum required contents to be worked on in each grade were defined and it was assigned to teachers the responsibility of sexual education in schools. Special education and professionals in this area are also involved in addressing this issue to students with special educational needs.

As the educational policy documents are in general somewhat ambiguous and with the absence of proposed adaptations of curricular content to sexual education, come up the proposal to develop a sexual education program for students with special educational needs. The adequacy of the teaching-learning process, with the curricular adaptations proposed, aims to facilitate access to information, to personal and social development and to the independent sex life of students with special educational needs.

From the construction of the program and the need to evaluate it, came the possibility of applying this program to a class of the third and fourth grade with 5 students with special educational needs. It was concluded that, also in the area of sexual education and just like in the teaching on a subject area, through the different needs of students, teachers may add or remove content and objectives, in order to normalize the participation and learning of pupils with special educational needs. The teacher should meet the individual situation of each child, with the individualized teaching.

Keywords: Sexual Education, Sexuality, Special Educational Needs;

Índice:

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1. EDUCAÇÃO SEXUAL: EVOLUÇÃO DE CONCEITOS, LEGISLAÇÃO E MODELOS	7
1.1- Conceito de educação sexual	9
1.2- Conceito de sexualidade	15
1.3- Sexualidade, deficiência e educação	19
1.4- A evolução legislativa da educação sexual em Portugal	24
1.5- Modelos de educação sexual	34
CAPÍTULO I I – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SEXUAL	41
2. A EDUCAÇÃO SEXUAL NO 1º CICLO: PROPOSTA DE UM PROGRAMA	41
2.1- A educação sexual no 1º ciclo de ensino básico	43
2.2- Programa de educação sexual – etapas fundamentais da operacionalização	46
2.3- Questões metodológicas da educação sexual	51
2.4- Adaptações nos objetivos e conteúdos	54
CAPÍTULO I I I– TRABALHO DE CAMPO	57
3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SEXUAL NO 1º CICLO	57
3.1- _Objetivos e enquadramento prático	59
3.2- Descrição dos participantes/contextos	59
3.3- Implementação do programa	60
3.4- Dados da implementação	62
CONCLUSÕES	67
BIBLIOGRAFIA	71
ANEXOS	81
Anexo I- Pedido de autorização ao Diretor do Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens	81
Anexo II- Pedido de autorização aos encarregados/as de educação	83
Anexo III- Programa de Educação Sexual	85

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a temática da educação sexual nas escolas tem sido objeto de medidas legislativas e políticas específicas — a Lei 3/84, “Direito à Educação Sexual e ao Planeamento Familiar” — ou integradas em instrumentos legislativos e operacionais da política educativa, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 de Outubro) e mais recentemente a Lei 120/99 de Agosto, que garante o direito à saúde reprodutiva. Segundo o Plano Interministerial para a Educação Sexual e para o Planeamento Familiar, previa-se que até 2003 cerca de 90 por cento dos alunos recebessem formação nas áreas da Sexualidade Humana, Fisiologia da Reprodução, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Relações Interpessoais e Planeamento Familiar. Previu-se, ainda, a criação de gabinetes de aconselhamento e a colocação da máquina de preservativos nas Escolas. Atualmente, os estabelecimentos de ensino básico e secundário encontram-se abrangidos pela Lei n.º 60/ 2009 de 6 de Agosto, que implementa com carácter de obrigatoriedade a educação sexual em meio escolar, com indicação da carga horária, distribuição letiva, finalidades e intervenientes.

A educação sexual em meio escolar contribui para promover mais responsabilidade dos adolescentes, na vivência da sua sexualidade (Pereira, 1993; Sanders & Swinden, 1995; Marques, Vilar & Forreta, 2002; López, 2005). Os projetos de educação da sexual, implementados no âmbito da Lei n.º 60/ 2009, além de contribuírem para um maior conhecimento dos factos e componentes que integram a sexualidade, comportam um conjunto de objetivos que passam pela promoção da aceitação positiva e confortável do corpo sexuado, do prazer, da afetividade e dos comportamentos sexuais nas várias fases de desenvolvimento; por difundir atitudes não sexistas e não discriminatórias face às expressões e orientações sexuais dos outros; por

facilitar atitudes preventivas em matéria de saúde sexual e reprodutiva. Segundo Marques (1995), com a educação sexual pretende-se aumentar a capacidade de decisão das crianças e dos adolescentes e a recusa de comportamentos não desejados. Para este autor, na educação sexual também se diz às crianças e jovens que podem e devem pedir ajuda, que há meios e pessoas dispostos a ajudá-los, a esclarecer dúvidas e a resolver problemas quando estes surgem.

Na mesma linha de reflexão teórica, Maia (2001) sustenta a necessidade de aplicação de procedimentos de ensino especificamente voltados, no caso da Educação Especial, para a população especial a quem se destinam, com base na ideia de que será tarefa dos educadores garantir às pessoas as melhores condições para o exercício da vida social (cidadania) onde se incluem as questões sexuais, e para tal é fundamental que essa iniciativa possa estar assente em reflexões científicas teóricas e práticas.

Considera-se que a abordagem da educação sexual na escola deve assumir o compromisso da garantia da participação ativa de todos os seus intervenientes através de um processo contínuo e presente ao longo de todo o percurso escolar, integrando componentes de carácter biológico com outros de tipo psicossocial, no sentido de fomentar o debate e reflexão acerca das competências pessoais e sociais fundamentais para uma vivência da sexualidade de forma informada, gratificante, autónoma, logo mais responsável – Modelo de Desenvolvimento Pessoal (Vaz, Vilar & Cardoso, 1996).

Neste âmbito teórico, foi por nós criado um programa de educação sexual facilitador da implementação da educação sexual em meio escolar – Decreto-lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto. Este programa preconiza a abordagem da educação sexual, pelos professores titulares de turma, a partir de propostas de trabalho inseridas em três áreas temáticas (Um

Corpo a crescer, Eu e os outros, As dúvidas na minha cabeça), apresentando os respectivos objetivos e, para cada uma delas, sugestões pedagógicas destinadas ao trabalho com alunos do ensino regular, e ainda propostas de adaptações dessas mesmas atividades às necessidades educativas especiais de cinco alunos com vista à promoção de valores, sentimentos, atitudes e comportamentos saudáveis na área da sexualidade.

A apresentação deste trabalho está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo pretende fazer uma abordagem teórica da educação sexual, no que diz respeito aos conceitos, história, legislação e modelos. Reflete-se ainda, nesse contexto de revisão de literatura, acerca das dimensões subjacente à vivência da sexualidade na deficiência e à importância do contexto educativo escola neste campo.

O capítulo II descreve a nossa proposta de um programa de educação sexual. Iniciamos este capítulo com um conjunto de dados acerca da educação sexual no 1.º ciclo do ensino básico, seguindo-se questões metodológicas e de reflexões acerca das conceções e práticas de educação sexual nas escolas.

O capítulo III é de natureza empírica e refere-se à implementação do programa proposto, bem como a considerações relativas aos procedimentos metodológicos.

Finalmente, na conclusão, apontamos todas as considerações próprias ao desfecho do trabalho, apontando dados sobre o nosso contributo para a comunidade científica de forma a servir de base a futuras investigações.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

EDUCAÇÃO SEXUAL: EVOLUÇÃO DE CONCEITOS, LEGISLAÇÃO E MODELOS

1.1 - Conceito de Educação Sexual

Quando falamos de educação sexual estamos a falar, em primeiro lugar, de educação, que significa “o processo que visa o desenvolvimento harmonioso do ser humano nos seus aspetos intelectual, moral e físico e a sua inserção na sociedade” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2006, p. 590). Na Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86 – educação é caracterizada como a “permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade” (artigos 1.º e 2.º), à qual compete “contribuir para a realização do educando através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos” de modo a assegurar “a formação cívica e moral dos jovens” (artigo 3.º, alíneas b e c). Assim, a educação dirige-se ao desenvolvimento e promoção da cidadania, considerando ações no âmbito de todas as facetas da personalidade.

Segundo o Grupo de Trabalho para a Educação Sexual (GTES), constituído em 2005 e cujo Relatório Final data de 2007, a sexualidade deve ser considerada uma componente integrante da personalidade, não sendo viável educar sem ter em conta a sexualidade e cabendo à escola, por isso, programar uma ação intencional e sistemática para o seu desenvolvimento.

A ideia de que educação e informação estão ou não associadas conduz a diferentes interpretações da educação sexual. Se para uns a informação sexual deve ser neutra e transmitida pelas escolas, sendo a formação sexual da competência das famílias, para outros informar é também educar, dado que não se pode restringir a educação sexual à

transmissão de conhecimentos biológicos, devendo este tipo de ações ser complementadas por objetivos mais amplos, numa visão biopsicossocial do indivíduo. A informação é uma parte importante da educação sexual, mas está longe de coincidir com ela (GTES, 2007).

O termo educação sexual (López, 2005; GTES, 2007) é talvez o mais usado pela comunicação social, pela comunidade científica e técnica e pela comunidade em geral. No entanto, outros autores tendem a preferir termos diferentes como: educação sexualizada (Cortesão, Silva & Torres., 1989), educação afetivo-sexual (Zapiain, Ibaceta & Fernandez, 2000) educação para a sexualidade (Pacheco, 1998; Sampaio, 2002), educação em sexualidade (Sebastião, 2005; Teixeira, 2003).

A exploração do conceito de educação sexual em Portugal também é suscetível de conduzir a diversos entendimentos, quando se tenta precisar e definir o conceito de sexualidade. Segundo Marques & Prazeres (2000), a sexualidade influencia a forma como experimentamos os sentimentos, desde o amor, a paixão, a alegria e a dor. Como dimensão humana eminentemente relacional e íntima, a sexualidade tem uma vertente emocional e é um elemento essencial na formação da identidade global, do autoconceito, da autoestima, das competências sociais e, de forma geral, do bem-estar físico e emocional dos indivíduos. Ela é, também, uma componente essencial do relacionamento com os outros, nomeadamente no relacionamento amoroso. Mas pode, também, ser associada a acontecimentos negativos, nomeadamente a problemas de ordem emocional, à ocorrência de gravidezes não desejadas, ao recurso ao aborto, ao contágio de doenças sexualmente transmissíveis e à violência e ao abuso sexuais. Esta dimensão da nossa identidade pessoal e do nosso relacionamento vai evoluindo no contexto do nosso

desenvolvimento global e expressa-se de formas diferentes nas várias etapas do ciclo de vida, atravessando períodos de evolução mais lenta e períodos de evolução brusca e acelerada.

Em função dos modelos de sexualidade que se pretendem transmitir, assim serão os modelos de educação sexual (Medero & Dominguez, 1993). A educação sexual definida sobretudo como uma educação da afetividade, tem como objetivo permitir a integração da afetividade e sexualidade. Esta integração da educação sexual na educação afetiva aparentemente neutra e coerente com as mais modernas correntes pedagógicas que atribuem à escola o papel de desenvolver integralmente a personalidade é, como refere Alferes (1996), suscetível de uma leitura crítica. Tal integração, segundo o mesmo autor, pode ser perspectivada como uma forma sofisticada de denegação da sexualidade, passando-se do sexo à afetividade e do afetivo ao normativo, isto é, desliza-se dos objetivos pedagógicos de ordem afetivo-social para a imposição de modelos ideológicos da sexualidade infantil e adolescente. Segundo López (2005), a educação afetiva é muito mais ampla do que o que podemos fazer nos programas. Além disso, a educação sexual inclui necessariamente o tratamento dos afetos sexuais (prazer, desejo, atração, enamoramento) e daqueles afetos e conteúdos interpessoais que estão intimamente relacionados com a sexualidade.

Atendendo às ligações da sexualidade com as outras dimensões da identidade pessoal e das relações interpessoais e a sua mediatização social, a educação sexual inclui componentes de outras áreas de aprendizagem como os valores, os afetos ou as questões de género. Ou seja, “faz sentido integrar a educação sexual num campo mais vasto de outras educações ligadas ao que se tem muitas vezes designado

desenvolvimento pessoal e social” (Vilar, 2003, p.159). Este conceito é corroborado por Prazeres (2003) que defende que fazer educação sexual deve ser um trabalho continuado de interligação entre diversas áreas de aprendizagem relacionadas com a dimensão sexuada da pessoa humana (biológica, psicoafectiva, relacional e cultural).

Alferes (1996) concebe a educação sexual em contexto escolar como o conjunto de práticas discursivas, de rituais simbólicos e de mecanismos de socialização inscritos numa ação pedagógica sistemática.

Segundo SIECUS (1996; 2004), sigla do Conselho de Informações e Educação Sexual dos Estados Unidos, a educação sexual é um processo de educação permanente, implicando a aquisição de informações e a formação de atitudes, crenças e valores sobre a identidade, as relações e a intimidade. Deve encerrar temáticas como o desenvolvimento sexual, a saúde reprodutiva, as relações interpessoais, os afetos, a intimidade, a imagem corporal e os papéis sexuais. A educação sexual refere-se às dimensões biológica, psicológica, sociocultural e ética da sexualidade, nos domínios cognitivo (informação), afetivo (emoções, atitudes e valores) e comportamental (comunicação, tomada de decisões e outras competências pessoais). Esta definição corresponde a um modelo de educação integral, em que não só se ampliam os domínios de informação, como o desenvolvimento das competências cognitivas aparece indissociável das competências afetivas e sociais. É esta a definição que encontramos na maioria da bibliografia sobre educação sexual em Portugal nas últimas décadas (Sampaio, 1987; Vaz *et al.*, 1996; Frade, Marques, Alverca & Vilar, 2010; Marques *et al.*, 2002; Prazeres, 2003; Vilar, 2003) e a preconizada em documentos e

legislação relativos à educação sexual em meio escolar, emanados pelo Ministério da Educação. Neste trabalho, utiliza-se o termo educação sexual por ser o mais recorrente na bibliografia e nos documentos de política educativa.

Consideram-se as noções de educação sexual informal, formal e não formal, referenciadas por López (1990), Vaz e colaboradores (1996) e Marques e colaboradores (2002), dada a sua sistematização prática para o contexto escolar e a sua integração no modelo de desenvolvimento integral. A educação sexual informal é a aprendizagem casual da sexualidade e processa-se indissociavelmente das relações que estabelecemos com as pessoas significativas, nos vários contextos de vida. A educação sexual não formal e formal são processos de educação sexual intencional. A educação sexual não formal desenvolve-se fora dos currículos escolares, dinamizada por associações ou outras organizações, ou até na escola mas em atividades extracurriculares. A educação sexual formal é realizada de forma intencional e sistemática pelos educadores e caracteriza-se por “um conjunto de ações “formais estruturadas, intencionais que têm (ou devem ter) por finalidade deliberada intervir, por princípio, positivamente, no domínio da vivência sexual dos elementos envolvidos” (Marques, 2002, p. 13). A educação sexual formal e informal coexistem, como afirma López (1990), pois todo o ato educativo intencional, consciente e sistemático é sempre acompanhado de numerosos conteúdos não intencionais que podem ter grande influência educativa pois, “todo o educador transmite não apenas o que sabe, mas aquilo que pensa, aquilo que é o mundo em que vive” (Benavente, 1995, p.7).

Nesta evolução conceptual a educação sexual passa a fazer parte da educação para a saúde. Neste contexto, é fundamental, por um lado, assumir um novo conceito de saúde, entendido como bem-estar e, por outro, considerar que adequada satisfação da necessidade sexual de contacto e vinculação é um dos conteúdos fundamentais do bem-estar pessoal e social (López, 2005). De acordo com este autor, a educação sexual escolar responde a perguntas, informa, exercita habilidades pessoais, fomenta valores e ensina critérios de saúde, para ajudar as crianças e jovens a reconhecerem-se como rapaz ou rapariga, a conhecerem os diferentes aspetos da sexualidade humana e viverem a sua própria sexualidade de uma forma livre, responsável, ética e saudável, tanto no presente como no futuro. A sua finalidade é ajudar as pessoas a viverem de forma satisfatória a sua sexualidade, admitindo “biografias sexuais” diferentes. A sexualidade pertence ao “reino da liberdade”, onde se propõe uma educação sexual que em cada “biografia sexual pertença também ao reino do prazer e bem-estar e ao reino da responsabilidade e ética” (López, 2005, p. 44-45). Esta conceção de integrar a educação sexual numa nova dinâmica curricular de Promoção da Educação para a saúde é corroborada pelo grupo de trabalho para a educação sexual liderado pelo Doutor Daniel Sampaio (despacho nº 19737/2005), cujas conclusões apontaram para a implementação da educação sexual em meio escolar, iniciada no ano letivo 2009/2010.

1.2 - Conceito de Sexualidade

Dado que o homem é um ser sexuado, é muito difícil definir o que é a sexualidade, pois esta mediatiza todo o nosso ser (López & Fuertes, 1999). Nas últimas décadas a sexualidade deixou de ser um campo privilegiado de controlo social (Foucault, 1977), para ser entendida como uma construção individual. Os estudos sobre a sexualidade têm vindo a evoluir, tendo-se verificado um afastamento da sexualidade humana exclusivamente associada à genitalidade e à expressão dos instintos biológicos, para dar origem a uma conceção de sexualidade mais ampla e que integra, numa perspetiva holística, as dimensões biológicas, psicoafectivas, sociocultural, relacional e ética (López & Fuertes, 1999; Zapiain *et al*, 2000). A sexualidade é uma dimensão do ser humano que vai evoluindo, ao longo da vida do indivíduo, desde que se dá o processo de diferenciação sexual, após a fecundação, até a sua morte. Como refere Gomes-Pedro (2000, p.4), “do embrião ao adolescente, constroem-se os primórdios da génese dos afetos, o que é dizer o sentido do sexo ao longo do ciclo de vida”.

Nos últimos anos, tem-se assistido a alguma produção científica sobre a sexualidade. Alguns autores atribuem a Freud o mérito de ser o primeiro a ter chamado atenção para a importância da sexualidade e para a atividade sexual na infância (Pereira, 1987; Oliveira, 1989). Este autor reconheceu, desde os finais do séc. XIX, a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da sexualidade e concluiu que “indubitavelmente, ao nascer a criança traz consigo germes de movimentos sexuais, que evoluem “ (Freud, 1924, p.89), ou seja, a sexualidade não se inicia com o funcionamento das glândulas sexuais

na puberdade, como até aí se pensava, mas exprime-se desde o nascimento e desenvolve-se até à idade adulta. Atualmente, temos de considerar a existência de uma realidade biológica inegável: somos biologicamente sexuais e admite-se que a sexualidade se manifesta desde os primórdios da vida e se desenvolve, simultaneamente, com o desenvolvimento geral do indivíduo (López & Fuertes, 1999).

Assim, surgiram várias teorias de desenvolvimento da sexualidade algumas de inspiração psicanalítica: Freud (1924) e Erikson (1991). Outros modelos teóricos explicativos do desenvolvimento da sexualidade decorreram das teorias de aprendizagem social (Bandura, 1986) ou das teorias sociológicas (Vigotsky, 1999, 2000; Kelly, 1998; Sprinthall & Collins, 2003; Alferes, 2004). As teorias sociológicas defendem que muitas das nossas aprendizagens podem ser efetuadas e fundamentadas na, ou pela, observação dos outros, num quadro social amplificado, principalmente aqueles a quem reconhecemos como modelos. Outros estudos enfatizam a importância do contexto social para o desenvolvimento da sexualidade, em oposição à ideia de que a sexualidade se desenvolve num vácuo social. A sexualidade como componente da personalidade é socialmente construída, pois como refere Vygotsky (2000), é na troca com os outros sujeitos e consigo próprio que se vão interiorizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a construção de conhecimentos e a formação da própria consciência.

A sexualidade integra várias dimensões (López & Fuertes, 1999; López, 2005; Vaz *et al.*, 1996): (i) uma dimensão biológica, constituída por um conjunto de fenómenos que fazem do nosso corpo, um corpo sexual (anatomia e fisiologia da sexualidade e da reprodução e resposta sexual humana); (ii) uma dimensão

psicossocial, que engloba o processo de identificação de género (papeis sexuais), a orientação sexual (hétero, homo e bissexual), a autoimagem e a construção da identidade sexual e todo o processo relacional, em particular as relações afetivo- sexuais; (iii) uma dimensão sociocultural, que é evidente na maneira como cada cultura e sociedade concreta regula a expressão sexual dos seus indivíduos e que está intimamente associada aos valores, ideias, costumes, à moral e às leis civis que a regem, e que em parte determinam as normas que cada um deve respeitar e seguir. A sexualidade é, portanto, uma realidade global e multifacetada que envolve toda a personalidade ao longo da vida. Depende das características pessoais, do desenvolvimento e da idade de cada indivíduo, mas é grandemente influenciada pela cultura, pela religião e pelas crenças inerentes ao meio cultural em que o indivíduo cresce e se encontra inserido dependendo, em grande parte, da idade.

Dado que a sexualidade humana é um fenómeno complexo e multidimensional não existe uma definição consensual para a mesma. Para López (2005), a sexualidade: (a) é dotada para o contato dérmico; (b) gera desejo de estar com outras pessoas, abraçar e ser abraçado, amar e ser amado; (c) é dotada para a comunicação e (d) tem a capacidade de estabelecer compromissos relacionais e alianças. Segundo a Organização Mundial de Saúde a sexualidade é “uma energia que nos motiva a procurar amor contacto, ternura, intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia sentimentos, ações e interações e, por isso, a nossa saúde física e mental (Vaz *et al.*, 1996, p. 42).

As definições apresentadas evidenciam que a sexualidade é algo inerente ao ser humano, que é norteada pela biografia e que integra dimensões intimamente relacionadas entre si: Biológica – relativamente ao corpo (masculino e feminino) e às suas transformações ao longo da vida; Psicoafectiva – alusiva às emoções, sentimentos, comportamentos, atitudes e valores; Comunicativa – correspondente à maneira de comunicar e de estabelecer vínculos afetivos; Sociocultural e Política – relativa à influência da cultura e do poder nos comportamentos sexuais, ou seja às normas e às leis que a sociedade define para a expressão da sexualidade; Ética – relativamente às opções e às responsabilidades da vivência sexual para si e para os outros.

A sexualidade influencia o modo de pensar, sentir agir. Como refere Vilar (2003, p. 158), “a sexualidade é mediatizada por todo o crescimento e experiências pessoais e integra-se em todos os campos da vida da pessoa”. A conduta sexual humana é a interação entre o biológico, o sociocultural e o psicológico, numa perspetiva desenvolvimentista. Como refere Zapian (2002), não nascemos nem mulheres nem homens, vamo-nos construindo como tal, sendo essa construção um processo complicado que vai do biologicamente mais simples para o psicologicamente mais complexo. Esta perspetiva é corroborada por vários autores (López & Fuertes, 1999; Serbin & Sparfkin, 1981; Zapian, 2002).

1.3 - Sexualidade, Deficiência e Educação

A nossa reflexão na tentativa de conjugar estas três realidades assenta numa pesquisa bibliográfica apurada, no sentido de identificar quais os desenvolvimentos teóricos nestes campos do saber que se tornem linhas orientadoras fundamentais para o nosso trabalho de investigação empírico. Recorremos a uma conclusão de Maia (2001), que refere que no âmbito da educação, ainda são escassos os conhecimentos das concepções sobre as questões relativas à sexualidade que têm professores, profissionais e familiares das pessoas com deficiência. Esta especialista acrescenta que parece ser tarefa dos educadores garantir às pessoas as melhores condições para o exercício da vida social (cidadania) incluídas aí as questões sexuais, e para tal é fundamental que essa iniciativa possa estar pautada em reflexões teóricas - científicas – e práticas, com aplicações de procedimentos de ensino facilitadores especificamente voltados, no caso da Educação Especial, à população especial para a qual se destinam.

Como observam Bastos e Deslandes (2005), ocorreram mudanças no comportamento sexual ocidental nos últimos anos, incluindo novas representações e práticas sobre sexualidade, mas estas modificações não atingiram igualmente todas as camadas da população. Para estes autores, as pessoas com deficiência fazem parte do grupo que não beneficiou com as mudanças na área da sexualidade dado que, muito frequentemente, aspetos relacionados ao desabrochar da sexualidade dos adolescentes com deficiência trazem preocupações aos pais e à sociedade, de um modo geral, traduzida por atitudes repressoras e discriminatórias, que impedem um desenvolvimento mais pleno do

indivíduo. Pela apreciação das publicações pesquisadas sobre sexualidade do indivíduo com deficiência, a partir da década de 90, fica evidente que os preconceitos ainda estão presentes e de uma forma muito intensa. Essas publicações apontam, principalmente as preocupações dos pais relativas às manifestações sexuais dos filhos, a utilização de métodos contraceptivos, o temor quanto ao abuso sexual (Maia, 2006; Bastos & Deslandes, 2005).

Maia (2006) esclarece que a Declaração Internacional dos Direitos da Infância e da Juventude deixa explícito que todo ser humano tem direito ao respeito à totalidade do seu corpo e a receber uma educação na família e fora dela, adaptada aos seus diferentes níveis de desenvolvimento psicossocial, tem direito de ter a sexualidade reconhecida como parte integrante de todos os aspetos de sua vida (saúde física e mental, relações interpessoais, vida familiar e de trabalho, por exemplo), assim como há o direito à igualdade entre os sexos e, também, de esperar que sua sexualidade lhe dê prazer e contribua para uma vida social satisfatória. Segundo Maia (2001), qualquer iniciativa para compreender a sexualidade da pessoa com deficiência deve valer-se de uma análise biopsicossocial das condições, facilitadoras ou não, dessa pessoa no convívio com os familiares e a comunidade.

Observam-se, assim, os aspetos do desenvolvimento psicossocial relacionados à imagem corporal, autoestima, dificuldade com identidade e papel sexual e vulnerabilidade à exploração sexual por terceiros. O comprometimento da imagem corporal, por exemplo, estará relacionado diretamente às dificuldades de socialização e de construção de uma identidade social. Nesse sentido, as dificuldades podem ocasionar bloqueios emocionais e carências afetivas que estimulam falsas crenças e

expectativas, sentimentos de inferioridade e frustração, além de uma autoimagem distorcida e uma autoestima negativa.

Falar da sexualidade de pessoas com deficiência implica um conhecimento das especificidades de cada deficiência em relação ao desenvolvimento psicosssexual, entendido como um processo de educação sexual ao qual todos estamos sujeitos, num dado contexto social (Maia, 2006; 2011). Segundo Maia (2001), na escola, é comum observarmos uma carência de informações sobre sexo, seja em seus aspectos biológicos, psicológicos ou sociais, associada aos flagrantes de atividades sexuais, quase sempre considerados inadequados. O ideal seria que os educandos - desde a primeira infância - tivessem as suas manifestações sexuais encaradas com naturalidade, tenham eles deficiência ou não. Tal, conclui a autora, revela o produto do tratamento que a sociedade como um todo (nela incluída a escola) dá à sexualidade, e enfatiza o quanto a escola, enquanto instância educativa, está longe de atender às expectativas dos maiores interessados, os educandos. Nas etapas de desenvolvimento da infância e adolescência, é importante a inclusão em atividades que promovam maiores habilidades e competências, que resultarão na formação de indivíduos mais autônomos, com maior responsabilidade e possibilidades de escolhas, contribuindo para que o exercício da sexualidade se dê de forma mais satisfatória e protegida (Bastos & Deslandes, 2005).

Segundo Murphy e Elias (2006), a classe médica e os pediatras em particular, assumem um papel fundamental na promoção da educação sexual dos jovens com deficiência, desde logo dada a proximidade relacional que mantêm com os mesmos e suas famílias. Os laços institucionais surgem então garantia da consideração das complexas realidades clínicas envolvidas na vivência da sexualidade por parte de

peessoas com necessidades funcionais severamente comprometidas. Assim, entende-se que este deve ser um assunto debatido e supervisionado através dos contactos com as famílias nas consultas médicas regulares, nomeadamente circunscrevendo-se aos temas: educação sexual, comportamentos sexuais adequados e prevenção de abuso sexual. Defendem, todavia, nestas metodologias clínicas, a privacidade de cada criança, adolescente ou adulto.

Para Shakespeare (2000), a inclusão das pessoas com deficiência na abordagem (educação) da sexualidade passará pelo reconhecimento social de que há necessidade de conciliar a dimensão pública e privada da vida do indivíduo, relacionando a experiência corporal individual com a experiência coletiva das estruturas sociais em torno do tema. Observa, deste modo, a importância da promoção da autoconfiança, autoestima e autorrespeito fundamentais para o pleno desenvolvimento da identidade dos sujeitos com deficiência. Este autor entende que a intervenção ao nível da educação sexual das pessoas com deficiência deve considerar três níveis: as relações primárias de amor e de amizade, os direitos legais e a solidariedade que emerge dos valores vigentes na sociedade.

Segundo Maia (2001; 2006; 2011), é fundamental entender que o modo como ocorre o desenvolvimento e a educação da sexualidade na primeira infância e na adolescência é importante para determinar quais as limitações biopsicossociais características de sua manifestação na idade adulta. Parece claro que a pessoa com deficiência vive o desenvolvimento da sexualidade e, especialmente, as modificações biológicas e psicológicas do período adolescente como qualquer outro ser humano, embora existam os citados limites impostos socialmente para sua expressão.

Torna-se fundamental referir que ao nível da implementação da educação sexual em meio escolar, resposta educativa ao dispor em todos os estabelecimentos de ensino desde 2009, ela abrange a universalidade dos alunos e a consideração de todos os temas/conteúdos, portanto, é tarefa das escolas portuguesas a educação sexual de todos os indivíduos, independentemente do facto de terem ou não deficiência. Por tudo o que foi descrito, percebe-se que atualmente a perspetiva de inclusão social exige uma nova postura diante da pessoa com deficiência. A inclusão social solicita às pessoas com deficiência a vivência plena da cidadania, através da sua inclusão na comunidade, com uma atenção também voltada para a sua sexualidade e, principalmente, para uma educação sexual que lhes possibilite as mesmas oportunidades da população em geral.

A assunção de atitudes positivas de aceitação acerca da sexualidade de pessoas com deficiência, por parte dessas mesmas pessoas, parece um dos grandes objetivos a serem atingidos com a educação sexual de jovens com deficiência, no sentido em que deve trabalhar a promoção da oportunidade de uma vivência sexual adequada à sua condição, respeitando-se as particularidades dos seres que nelas se envolvem.

Segundo alguns autores Maia, (2006); Maia (2001); Bastos e Deslandes (2005), conclui-se que vivência saudável de um adulto com deficiência deverá incluir uma adequada manifestação e realização das suas necessidades, desejos, sentimentos, emoções, atitudes, representações e práticas de carácter sexual, face ao que são as suas condições físicas e psicológicas, bem como a aquisição de um conjunto de habilidades pessoais e sociais que permitam o estabelecimento de relações interpessoais geradoras de satisfação e prazer, quer na sua vida pública, quer no domínio da sua vida privada.

Torna-se, portanto, um desafio modificar a visão negativa e pessimista acerca do exercício da sexualidade das pessoas com deficiência, sendo por isso importante valorizar os aspetos positivos e otimistas decorrentes das práticas sexuais das crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, contribuindo assim para enriquecer a sua existência.

1.4 - A evolução legislativa da Educação Sexual em Portugal

A educação sexual tem sido motivo de discussões morais, religiosos, sociais e ideológicas ao longo dos tempos. Tanto em Portugal, como por todo o mundo. Como referem Meredith e Devem (1989, citados por Vaz *et al.*, 1996), o tratamento destes temas na Europa adquiriu muitas vezes uma conotação política sob a forma de uma polarização entre liberais e conservadores, ou sob o que poderia ser descrito como um conflito entre “progressismo” versus “tradicionalismo”.

Ao longo dos tempos, e de um modo geral em todas as sociedades, a educação sexual não foi mais do que a transmissão de um conjunto de normas rígidas de comportamentos e rituais, consagrados nas religiões, nos costumes e nas leis. O estado procurou, muitas vezes, assumir uma aparente posição de distanciamento face ao conflito existente, ou procurou tomar partido por uma ou por outra posição, favorecendo ou dificultando a definição e desenvolvimento de políticas de educação sexual nas escolas. Em Portugal, a história da educação sexual em

contexto escolar foi “percorrida por estas dinâmicas e protagonizada por atores sociais concretos, nomeadamente a Igreja Católica, a(s) classe(s) política(s), os movimentos e grupos que de algum modo têm a sexualidade como tema de intervenção, os professores e as escolas, as associações de pais” (Vaz *et al.*, 1996, p.53).

No nosso país, a educação sexual é reconhecida na lei desde 1984 (Lei 3/84) e é um dos propósitos do sistema educativo desde 1971, no âmbito da Reforma de Veiga Simão, no entanto a sua história é feita de avanços e recuos. Apresentaremos um breve percurso da educação sexual desde os anos 70 até aos nossos dias.

Quando se aprovou incluir nas escolas, pela primeira vez, temáticas ligadas à educação sexual foi, predominantemente, como desígnio de prevenir as infeções sexualmente transmissíveis, assim como reduzir o recurso à interrupção voluntária da gravidez. Foi no âmbito da Reforma Veiga Simão que se deu início à primeira tentativa de integrar nos currículos das escolas as referidas temáticas.

Antes da entrada do Ministro da Educação Veiga Simão, nas escolas públicas existia um rigoroso controlo para evitar a convivência entre rapazes e raparigas, os mapas do corpo humano eram mutilados dos órgãos genitais, apenas se davam débeis informações sobre os comportamentos sexuais das plantas e de alguns animais e muito raramente da espécie humana. Além disso, nas aulas de Educação Moral Religiosa Católica (EMRC), obrigatórias, era predominantemente veiculada uma ideologia fortemente repressiva e erotofóbica da sexualidade. Nos finais dos anos 60, depois do Concílio Vaticano II, assiste-se a uma pequena mudança no seio do setor mais aberto do Clero e ativistas da ação católica, incluindo alguns temas sobre a sexualidade nas aulas de Religião Moral. Temas como relações sexuais entre jovens,

a masturbação ou a homossexualidade são abordados numa perspetiva de preparação para um futuro casamento saudável e duradouro.

No âmbito da Reforma de Veiga Simão, em janeiro de 1971, é criada por despacho ministerial, uma Comissão interministerial para o estudo da Educação e Sexualidade. Esta comissão integrou alguns elementos oriundos do seio da Igreja e profissionais de saúde. Foi dirigida pelo professor Torres Pereira, docente de Higiene da Faculdade de Medicina e um dos primeiros dirigentes da Associação para o Planeamento da Família (APF), integrando vários responsáveis ligados à saúde pública e à saúde escolar, em conjunto com pedagogos e outros especialistas em educação (Vaz *et al.*, 1996). Esta comissão deu início à preparação de um texto base, apresentado em Vaz e colaboradores (1996), que pelo seu carácter ainda hoje é atual. Propõe uma compreensão alargada do conceito de sexualidade, não a reduzindo aos comportamentos genitais, e que afeta o estar no mundo enquanto homem ou mulher. Considera que a sexualidade não pode ser vista de uma forma estática, mas dinâmica e culturalmente modelada e afirma, ainda, que na compreensão da sexualidade humana têm ainda particular importância dimensões como o desejo, a abertura à comunicação com outrem e que é experimentada como fonte de prazer e como forma privilegiada de expressão do amor” (Vaz *et al.*, 1996, p. 55). Aquando da elaboração deste texto surgiu a oposição de vários sectores, mesmo dentro do Ministério da Educação Nacional. A comissão foi extinta e o texto base nem chegou a ser concluído. No entanto, esta comissão incrementou algumas mudanças, nomeadamente na preparação de uma lei sobre coeducação, em 1973, dando origem ao ensino misto nas escolas públicas portuguesas. Chamou também atenção para a importância de incluir os órgãos genitais nos mapas e nos esquemas do corpo humano dos manuais escolares. Apesar

da temática da sexualidade e da educação sexual ser uma preocupação de muitos profissionais da saúde e da educação, esta não foi uma prioridade social e política dos governos do pós 25 de Abril. Este fato até se percebe tendo em conta a fragilidade dos governos de minoria e o tipo de coligação política. Nesta década de 70 assiste-se a debates ideológicos sobre temas de natureza sexual, centrados nos direitos à contraceção, despenalização da interrupção voluntária da gravidez e na desigualdade de direitos entre homens e mulheres, protagonizados pelos movimentos feministas e pela Associação para o Planeamento e Família (APF). No seio da discussão sobre o direito ao planeamento da família surgiram propostas de legislação e atuação para a educação sexual ao nível do sistema de ensino.

No início dos anos 80 estavam reunidas as condições para a tomada de consciência da necessidade de incluir as temáticas da educação sexual nos currículos escolares: estudos realizados pelos profissionais de saúde revelavam o crescimento do número das gravidezes nas adolescentes e as iniciativas parlamentares que trazem para a ordem do dia a discussão da legalização da interrupção voluntária da gravidez (Vaz et al., 1996). É assim que se vai aprovar a primeira referência jurídica, sobre o direito à educação sexual, numa lei que se centra, essencialmente, no direito ao planeamento da família, a Lei 3/84. Esta lei foi aprovada em 24 de Março de 1984 e compreende uma visão ampla da educação sexual. Preconiza que “o estado garante o direito à educação sexual, como componente do direito fundamental à educação” (art.º 1º, nº1). Para garantir a educação sexual nas escolas “os programas escolares incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão do sexo e da divisão tradicional

de funções entre mulher e homem” (art.º 2º, nº 2). Além disso, o estado compromete-se, ainda, a criar condições adequadas de apoio aos pais, relativamente à educação sexual dos seus filhos e a prestar particular atenção à formação dos professores, quer inicial, quer contínua (art.º 2º, nº 3 e nº 4). Esta lei contempla aspetos essenciais à implementação da educação em contexto escolar, tais como a inclusão de conteúdos nos currículos escolares (aspetos essencialmente biológicos), a formação de professores e a participação dos pais.

Para regulamentar a lei 3/84 foram criados dois grupos de trabalho: um organizado pela Direção Geral da Família e outro pelo Ministério da Educação. No entanto, nada acontece em termos do sistema educativo, até porque esta iniciativa legislativa foi produto de um debate parlamentar, sobre a questão da interrupção voluntária da gravidez, e não partiu de qualquer debate ligado às questões educativas (Vilar, 2002). A parte referente ao planeamento familiar foi regulamentada através da portaria 52/85, de 26 de janeiro de 1985. Com esta portaria, são criados centros de atendimento para jovens, nos centros de saúde e hospitais (art.º 3º). Nestes centros foi aconselhado o desenvolvimento de atividades de “prestação de informações sobre anatomia e fisiologia da reprodução; informação sexual; preparação dos jovens para uma vivência correta da sua sexualidade; fornecimento de contraceptivos em situação de risco” (art.º 4º).

Por iniciativas isoladas de algumas escolas, profissionais de saúde, organizações feministas e particularmente da Associação para o Planeamento da Família (APF) vão sendo desenvolvidas atividades de educação sexual em contexto escolar e formação de profissionais de saúde e educação. Toda esta dinâmica influenciou, de forma positiva, a reforma do ensino em curso e a Lei de Bases do Sistema Educativo

(LBSE), também designada de Lei nº 46/86, de 14 de outubro. Esta lei propõe que os planos curriculares do ensino básico incluam em todos os ciclos, e de forma adequada, uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção dos acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito (art.º 47º, nº 2). Assim, o sistema educativo preconiza como sua a educação sexual, integrando-a numa área de desenvolvimento pessoal e social dos jovens e não apenas circunscrita aos aspetos biológicos.

Neste período começam as primeiras campanhas de prevenção da SIDA, e a educação sexual começa a ser vista como uma forma de prevenir o crescimento desta epidemia, o que realça a sua importância. O Ministério da Educação integra o organismo nacional de luta contra a SIDA, pelo que realiza ações de formação de professores e distribui documentos de apoio ao tratamento deste tema nas aulas, principalmente nas disciplinas de Biologia e Saúde. É neste contexto histórico e social que se vai iniciar a Reforma do Sistema Educativo, com a reorganização curricular, a formulação de novos programas e a definição das novas áreas propostas na Lei de Bases do Sistema Educativo. Para operacionalizar a área de formação pessoal e social, prevista na LBSE, assiste-se a diferentes conceções. Para uns, deveria ser uma nova disciplina designada de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS), outros defendiam a diluição destes aspetos pelas várias disciplinas e a criação de uma Área Escola, onde se poderia fazer a sua abordagem de uma forma interdisciplinar. Além disso, a Igreja Católica pressiona para que esta área de desenvolvimento pessoal e social não seja considerada alternativa à Educação Moral Religiosa Católica (EMRC).

Deste debate surge o Decreto-lei n.º 286/89, de 29 de agosto, que estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular dos Ensinos Básico e Secundário e aprova os respetivos planos de estudo. Cria a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (DPS) “onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no n.º 2 do art.º 47º da Lei de Bases do Sistema Educativo “ (art.º 7º, n.º2), em alternativa à Educação Moral e Religiosa Católica, com a carga horária de uma hora semanal. Este decreto-lei prevê também a criação da Área-Escola, área privilegiada para atividades de educação sexual, promovendo o seu carácter inter e transdisciplinar. Para dar cumprimento ao conteúdo de referido decreto-lei formaram-se grupos de trabalho nos Ministérios da Educação e da Saúde, e APF para apresentarem propostas de programa de educação sexual.

Em 1989 iniciam-se os trabalhos de preparação dos programas da nova disciplina de DPS, mas só no início de 1991 são apresentadas as primeiras propostas de programa, onde a educação sexual é apresentada como conteúdo explícito. Este programa foi implementado de forma experimental, em várias escolas, mas nunca chegou a ser generalizado. Durante os anos letivos de 1995/96 e 1997/98 desenvolveu-se o projeto Educação Sexual e Promoção da Saúde nas Escolas: um projeto experimental em cinco escolas do país. Este projeto foi da responsabilidade partilhada do Programa de Promoção e Educação para a Saúde (PPES), da Associação para o Planeamento da Família (APF) com apoio técnico da Direção-Geral de Saúde.

Em outubro de 1998, na sequência do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, em junho de 1998, e dos debates nacionais, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98, o Relatório Interministerial para a elaboração de um plano de

ação para a Educação Sexual e Planeamento Familiar. Este relatório foi realizado por uma comissão formada por elementos dos Ministérios da Educação, Saúde, Justiça, Trabalho e Solidariedade e das Secretarias de Estado da Juventude e da Habitação. Este documento visa concretizar alguns princípios consignados na Lei 3/84. Nele, a educação sexual é entendida como uma componente essencial da educação e da promoção da saúde.

Em 1999, a Assembleia da República aprovou a segunda lei portuguesa sobre a educação sexual, a Lei 120/99. Esta lei reforça a necessidade de se implementar programas para a promoção da saúde e da sexualidade humana nos estabelecimentos de ensino básico e secundário e aponta como conteúdos a informação sobre sexualidade humana, o aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, prevenção da SIDA e outras infeções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e planeamento da família, as relações interpessoais, a partilha da responsabilidade e a igualdade entre géneros. A lei 120/99 foi regulamentada através do Decreto-lei nº 259/2000, de 17 de outubro. Este decreto estabelece que o projeto educativo de cada escola contemple, obrigatoriamente a abordagem da promoção da saúde sexual e da sexualidade humana, quer numa perspetiva interdisciplinar quer integrada em disciplinas curriculares cujos programas incluem a temática (art.º 1º, n.º 1), a qual deve posteriormente ser considerada nos projetos curriculares de cada turma numa abordagem transversal, por forma a garantir uma intervenção educativa integrada. Para dar cumprimento ao preconizado nos documentos de política educativa anteriores, o governo encetou protocolos de colaboração com diversas associações: a Associação para o Planeamento Familiar (APF); o Movimento de Defesa da Vida e a Fundação Comunidade Contra a Sida.

Também em outubro de 2000, depois de um apurado processo de discussão de pareceres e sugestões é publicada a versão final do documento produzido no âmbito do Projeto Educação Sexual e Promoção da Saúde nas Escolas: Um projeto Experimental – Educação Sexual em meio escolar – Linhas Orientadoras. Este documento contou com a participação dos Ministérios da Educação e Saúde e APF. Reveste-se de uma grande importância, uma vez que clarifica o conceito, o quadro ético de referência e a metodologia mais coerente com educação sexual. Além disso, fornece algumas orientações para o desenvolvimento de programas, formação de professores e de outros profissionais de educação e articulação entre família e escola.

Em 2003, o governo adotou uma nova política referente à educação sexual. O Ministério da Educação realizou protocolos com diversas Organizações Não Governamentais: APF, Movimento da Defesa da Vida e Fundação Comunidade Contra a SIDA e terminou com o PPES, criando um vazio na política de promoção de educação para a saúde e de educação sexual nas escolas.

Em junho de 2005 é publicado o Despacho nº 19737/2005 (2ª série), com a finalidade de ser criado pelo Ministério da Educação, no âmbito da Direção-geral da Inovação e de Desenvolvimento Curricular, um grupo de trabalho incumbido de estudar e propor parâmetros gerais dos programas de educação sexual em meio escolar, na perspetiva da promoção da saúde escolar. Em janeiro de 2007, o Grupo de Trabalho de Educação Sexual apresenta o relatório de progresso onde define as suas principais linhas de ação até ao final do presente ano letivo, entre as quais “recomenda o aproveitamento das áreas curriculares não disciplinares para a abordagem de temáticas relacionadas com a saúde, acentua o seu carácter obrigatório desta temáticas (...) e define que uma

das quatro horas mensais se debruçará especificamente sobre a temática da sexualidade” (GTES, 2007, p.10). Das conclusões deste Grupo de Trabalho, surge a implementação da educação sexual em meio escolar, no ano letivo 2009/2010, na sequência da Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto. Neste documento legislativo considera-se como pressuposto que a família e a escola são dois contextos sociais que contribuem para a educação da criança, importando, por isso, que haja uma relação estreita entre os dois.

Entende-se, na atualidade, que há que encontrar um caminho partilhado, em que escola e pais estreitem vias de comunicação para esbater dúvidas ou anseios que naturalmente surgem, quando se aborda este tema, assim como garantir que as opiniões dos pais sejam baseadas no conhecimento do que se está a executar e não num pressuposto desfasado da realidade. Para o cumprimento das finalidades da educação sexual em meio escolar é tida como preponderante a participação dos serviços de saúde, regulamentada com a publicação da portaria n.º 196-A/2010 de 9 de abril. Depois de muitas décadas de discussão, praticamente quase todos reconhecem o valor educativo da educação sexual formal. A polémica reside hoje no modelo de educação sexual a implementar nas escolas. Neste ponto de vista, existem algumas divergências que afetam os múltiplos aspetos, especialmente quando se trata de intervir junto dos alunos.

1.5 - Modelos de Educação Sexual

Para dar resposta ao “ensino” da sexualidade foram desenvolvidos alguns modelos de educação sexual (López, 1985, 1985, 1990, 2005; Meredith, 1989; Vaz *et al.*, 1996; López & Fuertes, 1999; Vilar, 2002, 2003). Estes modelos foram concebidos tendo em conta as atitudes em relação à sexualidade, os valores sociais que se querem vincular e os resultados dos estudos sobre a sexualidade que se realizaram durante os finais do século XIX e século XX.

Vaz e seus colaboradores (1996), apresentam, de uma forma sistematizada, os seguintes modelos de educação sexual, tecendo algumas considerações teóricas importantes face aos mesmos.

O modelo impositivo, também designado por modelo conservador e modelo moral, é baseado em razões de ordem religiosa ou ideológica e tem como objetivo fundamental a veiculação de normas de comportamento sexual rígidas. Este modelo tem uma visão erotofóbica da sexualidade e aparece como uma forma de moralização religiosa (López, 1985), numa vertente de educação para a abstinência, para o respeito, para o carácter, para o amor e para o matrimónio (López, 2005). Este modelo foi dominante na nossa sociedade até épocas relativamente recentes. A sexualidade é vista como um impulso intrinsecamente negativo que deve ser controlado, e é justificada para fins meramente reprodutivos e em contexto que legitimem a reprodução, ou seja limitada ao casamento. As expressões da sexualidade fora deste contexto não são desejáveis e, por isso, devem ser controladas. A educação sexual, neste modelo, tem como objetivo a transmissão e aquisição de normas de comportamento.

Vaz e colaboradores (1996, p. 36) apontam críticas a este modelo, fundamentalmente porque “preconiza uma visão da sexualidade fortemente limitada nas suas expressões, especificamente a não-aceitação dos relacionamentos sexuais”. As críticas mais comuns são: a não valorização dos aspetos eróticos da sexualidade; visão limitada das expressões da sexualidade; não-aceitação dos relacionamentos sexuais entre jovens; revelação de opiniões contrárias sobre a interrupção voluntária da gravidez, uso de contraceptivos, divórcio, relações pré-conjugais, masturbação; não-aceitação do autoerotismo e de formas diferentes de expressar a sexualidade, tais como a homossexualidade e bissexualidade; não-aceitação do direito à sexualidade dos idosos e não-aceitação do direito à sexualidade dos deficientes.

Embora se tenha modificado em alguns aspetos, este modelo pode ser considerado desajustado, porque continua a ter uma atitude negativa da sexualidade e, além disso, baseia-se num ideal que pouco tem a ver com a realidade da vivência da sexualidade e das relações amorosas (Vaz *et al.*, 1996).

O modelo de rutura impositivo, também designado por López (1985) de “modelo de constatação política”, ou “modelo revolucionário” (López, 2005), teve origem nos movimentos sociais de contestação, como o movimento Sex-Pol que nos anos 30 do século XX, procuram associar a revolução sexual à revolução social, criticando a moral sexual tradicional. A educação sexual é instrumentalizada com fins implícita ou explicitamente políticos. Os objetivos deste modelo são amplos e complexos (López, 2005). Os seus defensores consideram que sem mudar a sociedade, a informação sexual e a instrução sobre a sexualidade na escola não é suficiente, apenas se poderão alcançar

objetivos parciais. A educação sexual deve contribuir para aumentar a consciência crítica sobre o sentimento da exploração social e a repressão sexual, assim como implicar os adolescentes e jovens na transformação revolucionária da sociedade. No que se refere à sexualidade, preconiza-se que todas as pessoas tenham atividade sexual satisfatória, como condição necessária à saúde, portanto é aconselhável, independentemente do estado civil e outras considerações sociais (López, 2005).

A questão central deste modelo é a luta por um ideal alternativo, em substituição de uma moral sexual repressiva, protagonizada pelos vários aparelhos ideológicos do estado, entre os quais o sistema educativo. Deste modo, o que está em questão é uma tentativa de “imposição de formas de comportamento e ideias pré-estabelecidas, esquecendo-se que, por um lado a vida pessoal e a intervenção profissional estão ligadas, mas não subordinadas às opções político-ideológicas e, por outro lado, não existe uma, mas muitas formas de viver a sexualidade, de combinar o amor e o erotismo, de interligar as relações amorosas e eróticas nos projetos de vida individuais” (Vaz *et al.*, 1996, p.39). Estas convicções eram por vezes baseadas em crenças sobre a sexualidade tão pouco fundamentadas como defendidas por modelos mais conservadores (López, 1990, 2005). Este modelo é hoje pouco significativo no contexto da educação sexual.

O modelo médico-preventivo, também designado por “modelo de riscos” (López, 2005), emergiu da necessidade de responder aos problemas de saúde associados às práticas sexuais nas sociedades ocidentais, como a questão da gravidez na adolescência, o controlo e prevenção das infeções sexualmente transmissíveis e a prevenção da interrupção voluntária da gravidez, associando a informação biológica

sobre a reprodução e a informação sobre os métodos contraceptivos (López, 1990, 2005; Vaz *et al.*, 1996; Vilar, 2002). Estes fatos foram assustadores no final da primeira Guerra Mundial, quando as infecções de transmissão sexual e as gravidezes não desejadas atingiram proporções alarmantes e posteriormente, ao longo de todo o século XX, com o triunfo das ideias liberais. A educação sexual aparece como uma necessidade social para evitar os riscos inerentes à atividade sexual (López, 2005). Este modelo foi desenvolvido, essencialmente, por instituições e profissionais de saúde. Neste contexto, os profissionais de saúde só devem intervir para evitar, detetar e curar doenças. A educação para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos não era uma preocupação médica. Só era dada atenção à sexualidade se houvesse algum problema ou quando se previa perigo de doenças por contágio através da atividade sexual.

Foram fatores de eficácia a intervenção e comercialização de medicamentos eficazes no tratamento de algumas infecções sexualmente transmissíveis e da pílula contraceptiva (anos 60). Além disso, a Federação Internacional para o Planeamento Familiar (IPPF), criada na década de 50, deu um grande incremento na informação e educação sexual como meio urgente de prevenir a ocorrência de gravidezes não desejadas e o recurso à interrupção voluntária da gravidez. Nas últimas décadas, a emergência da SIDA contribuiu para que este modelo se reforçasse para fazer face à nova epidemia. Os principais objetivos deste modelo são aquisição de conhecimentos sobre: anatomia e fisiologia da reprodução; infecções sexualmente transmissíveis (IST); métodos contraceptivos e formas eficazes de prevenir o contágio das infecções sexualmente transmissíveis.

O modelo de desenvolvimento pessoal procura integrar os componentes de natureza biológica com outros de tipo psicossocial (Vaz *et al.*, 1996). Este modelo também foi designado por “modelo de desenvolvimento pessoal e social” (Vilar, 2002), por “modelo aberto, profissional e democrático” (López, 1990), “modelo biográfico” (Meredith, 1989) ou “modelo biográfico e profissional” (López, 2005). Contribuíram para o desenvolvimento deste modelo os movimentos sociais a partir dos finais dos anos 60 e os estudos científicos sobre a sexualidade, nas diversas áreas (sexologia, psicologia, antropologia, sociologia), que chamaram à atenção para a importância dos aspetos biológicos enfatizados pelos aspetos psicossociais (Vaz *et al.*, 1996).

O modelo de desenvolvimento pessoal baseia-se num conceito positivo de saúde, entendida como bem-estar e promoção da qualidade de vida das pessoas e povos (López, 2005), num conceito abrangente de sexualidade e de uma valorização positiva da mesma e das suas múltiplas expressões. Integra a sexualidade no contexto mais vasto da construção da identidade pessoal e das relações interpessoais que se estabelecem no âmbito das relações e papéis sociais e do exercício da cidadania (Vilar, 2002).

Assim, este modelo estabelece um conjunto de valores básicos capazes de orientar a educação sexual adequada: (a) reconhecimento de que a sexualidade, como fonte de prazer e de comunicação, é uma componente positiva e de realização no desenvolvimento pessoal e nas relações interpessoais; (b) valorização das diferentes expressões da sexualidade, nas várias fases de desenvolvimento ao longo da vida; (c) respeito pela pessoa do outro, quaisquer que sejam as suas características físicas ou a sua orientação sexual; (d) promoção da

igualdade de direitos e de oportunidades entre os sexos; (e) respeito pelo direito a ser diferente; (f) reconhecimento da importância da comunicação e do envolvimento afetivo e amoroso na vivência da sexualidade; (g) reconhecimento do direito a uma maternidade/paternidade livres e responsáveis; (h) reconhecimento de que a autonomia, a liberdade de escolha e uma informação adequada são aspetos essenciais para a estruturação de atitudes e comportamentos responsáveis no relacionamento sexual; (i) recusa de formas de expressão da sexualidade que envolvam manifestações de violência e promovam relações pessoais de dominação e exploração; (j) promoção da saúde dos indivíduos e dos casais, na esfera sexual e reprodutiva (Frade *et al.*, 1999).

A educação sexual, neste contexto, é um processo contínuo, presente ao longo de todo o percurso escolar, implicando a participação ativa de todos os seus intervenientes. Tem como objetivos favorecer a aceitação positiva da própria identidade sexual, a aprendizagem dos fatos ligados às diversas componentes da sexualidade (não só biológica), promover valores, sentimentos e atitudes e desenvolver capacidades, de modo “a contribuir (ainda que parcialmente) para uma vivência mais informada, mais gratificante e mais autónoma, logo mais responsável da sexualidade” (Frade *et al.*, 1999) em cada idade, conforme a pessoa. Este é o modelo de educação desejável nas nossas escolas.

Vilar (2003) refere que, sendo a finalidade da educação sexual, nos contextos de socialização atuais, a promoção de maior literacia sobre as questões relacionadas com sexualidade, mobilização de competências ao nível da comunicação, assertividade, prevenção de riscos e promoção do debate moral como fator essencial da formação

de atitudes e valores, o modelo de educação sexual deverá ser holístico, erotofílico, democrático e participativo. Holístico, porque situando-se a partir da especificidade da sexualidade humana integra as componentes relacionais e sociais da sexualidade. Erotofílico, porque parte do pressuposto de que a sexualidade é uma componente positiva da condição humana, por isso, pretende promover uma aceitação e sentimento de confronto com os sentimentos e manifestações sexuais. Democrático, porque se entende que a sexualidade humana se expressa de diversas maneiras (moral e comportamental), por isso a educação sexual deve aceitar esta pluralidade moral e comportamental. Isto não significa que a educação sexual não possua um quadro ético de referência. Este quadro deve ser baseado em valores humanistas e aberto de modo a promover o debate entre posições morais diversas. Participativo, porque é um modelo que assenta, sobretudo, na participação das crianças e dos jovens no processo educativo.

O aparecimento das primeiras propostas de inclusão de programas de educação sexual nos currículos escolares, estão associados a problemas de controlo e prevenção das infeções sexualmente transmissíveis ou à prevenção da interrupção voluntária da gravidez e das gravidezes na adolescência. No fundo, todas estas preocupações servem de pano de fundo à implementação da educação sexual em meio escolar, de forma geral, e à aplicação do nosso programa de educação sexual, em particular.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO 1º CICLO: PROPOSTA DE UM PROGRAMA

2.1 - A educação sexual no 1.º ciclo do ensino básico

A Lei n.º 60/2009 guiou a educação sexual nas escolas ao enumerar as finalidades da educação sexual: valorização da sexualidade e afetividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa; desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade; melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais dos jovens; redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infeções sexualmente transmissíveis; capacidade de proteção face a todas as formas de exploração e de abusos sexuais; respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais; valorização de uma sexualidade responsável e informada; promoção da igualdade entre os sexos; reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde; compreensão científica dos mecanismos biológicos reprodutivos; eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual.

A adoção desta lei veio transformar o sentido das atividades escolares, criando na escola um espaço privilegiado para a prevenção e educação ao nível da sexualidade. Compete, assim, aos agentes escolares a organização e implementação de atividades baseadas nos conteúdos mínimos de educação sexual para cada nível de escolaridade elaborados pela Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento

Curricular, resultantes dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Educação Sexual e divulgados através da Portaria 196-A/ 2010.

Para o 1.º ciclo os conteúdos são: noção de corpo; o corpo em harmonia com a natureza; noção de família; diferenças entre rapazes e raparigas; proteção do corpo e noções dos limites, dizendo não às aproximações abusivas.

Os docentes, como principais agentes educativos, têm a incumbência de aplicação da Lei, pelo que deverão ter conhecimento de todas as informações emanadas e fazer-se munir de instrumentos pedagógicos que sirvam as finalidades da educação sexual. Refira-se que não houve qualquer indicação da parte do Ministério da Educação de materiais pedagógicos a trabalhar com os alunos.

Deste modo, sabendo-se que os docentes exercem grande influência nas aprendizagens dos alunos, a ação destes será mais eficaz e positiva se for feita com empenho e intencionalidade, acompanhada de um conhecimento público e político da sexualidade.

Se já é muito difícil para os docentes desconstruírem as ideias pré-concebidas dos alunos ou a moralidade social, mais difícil é contribuir para a reconstrução de ideias estruturadas e informadas sobre a sexualidade, quando a moral social não se coaduna com os mesmos objetivos e conceções.

A atual legislação legitima a intervenção intencional e pedagógica da educação sexual a partir do 1.º ciclo de escolaridade. No entanto é reconhecida a importância do tema ao nível das orientações curriculares do pré-escolar. O papel do docente deveria estar bem definido para que a educação sexual seja feita de forma intencional, sistemática e estruturada. Para tal, os Centros de Formação de Associações de Escolas disponibilizaram, nos últimos dois anos

letivos, ações de formação para pessoal docente, na modalidade de oficina, com vista à divulgação da lei e à capacitação dos docentes para a sua implementação. A frequência da oferta formativa organizada pela Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular é de carácter facultativo.

Segundo Marques *et al.* (2000), os docentes têm o papel facilitado, na medida em que é sabido que a sexualidade humana desperta uma forte carga emocional e um grande interesse nos alunos, predispondo-os para trabalhar o tema. Assim, dentro da pedagogia dos interesses, os professores terão o seu trabalho facilitado, cabendo-lhes o papel de orientadores do saber e agindo como facilitadores da procura de informação e do debate.

Para os mesmos autores, a principal característica do docente que aborda a educação sexual será a capacidade de diálogo com os alunos e a abordagem, sendo ainda salientada a desejabilidade da abordagem do tema por docentes de ambos os sexos, trabalhando em parceria.

Sanders & Swiden (1995), consideram como fatores de sucesso no desenvolvimento de ações em educação sexual, as situações em que o docente: (i) seja tão neutro quanto possível; (ii) não atribua previamente «certos» e «errados»; (iii) controle a emissão de juízos de valor; (iv) proporcione a identificação de valores pessoais (criando um clima aberto e não constrangedor); (v) atue pedagogicamente através da partilha em vez da imposição de definições do saber; (vi) permita que se façam escolhas; (vii) disponibilize material de apoio; (viii) demonstre disponibilidade e confiança; (ix) utilize vocabulário adequado do ponto de vista técnico e pedagógico; (x) baseie as suas informações/conhecimentos em dados científicos corretos e atualizados; (xi) aborde conteúdos apropriados à faixa etária e nível de

desenvolvimento dos alunos tendo sempre em conta os interesses destes;
(xii) procure a coerência entre as suas intervenções pedagógico-profissionais e as suas práticas enquanto pessoa.

2.2 - Programa de Educação Sexual – Etapas fundamentais da operacionalização

Considerou-se uma orientação global para as intervenções no domínio da Educação Sexual envolvendo alunos com necessidades educativas especiais. É, todavia, fulcral a necessidade da sua adaptação às realidades concretas e específicas dos indivíduos e grupos, assim como ao contexto institucional no qual se desenvolverá a intervenção. Relativamente aos profissionais e às instituições, torna-se imprescindível, na etapa inicial, tomar como ponto de partida essencial os consensos mínimos acerca do tema (Amor Pan, 1997). Idealmente, diríamos, todos os profissionais, sem exceção, deveriam estar envolvidos, ainda que em diferentes graus, na iniciativa de desenvolver um programa sobre sexualidade. Nesse entendimento, portanto, todos os profissionais, desde os que desempenham funções técnicas aos que desempenham funções auxiliares ou outras, deveriam ter oportunidade de se informar, de dar a sua opinião, de comunicar sobre as ocorrências quotidianas que presenciam ou nas quais se envolvem e de dar sugestões sobre os modos de organizar a intervenção. É claro que nem todos os profissionais demonstram o mesmo nível de interesse, motivação, à vontade e envolvimento quando se coloca este tema em discussão. Contudo, mesmo assim, esta etapa prévia não deve ser descurada, para que não se corram os riscos de isolar o tema.

De modo simplificado, julgamos ser imprescindível que, pelo menos, todos os profissionais possuam informações mínimas acerca da intenção de dar início a um trabalho planejado de educação sexual, tenham tido oportunidade para se expressar sobre ele e de manifestar a sua disponibilidade ou indisponibilidade para participar nas suas atividades.

Muitas vezes, não sendo clarificados adequadamente os conceitos que norteiam a iniciativa de desenvolver estas atividades, a decisão de não participar ativamente pode ser tomada por insuficiente informação. Ou seja, deve ser clarificado desde logo o que se entende por “educação sexual”: que esta inclui muitas das atividades correntes já desenvolvidas pelos profissionais; não se refere estritamente ao tratamento de temas ligados ao “sexo”; que deve, idealmente, ser integrada nas restantes atividades pedagógicas. Com esse procedimento poder-se-ão “ganhar” mais aderentes do que referir apenas os termos “educação sexual” sem aferir os significados atribuídos pelo senso comum e, também, pelos profissionais.

É frequente que a conceptualização mais estrita da sexualidade – reduzindo-a à sua dimensão genital ou bio fisiológica – fundamente a perceção e a afirmação de impreparação de alguns profissionais para se envolverem direta e explicitamente neste tema. É premente, portanto, clarificar desde logo esse entendimento, para que seja possível constituir um grupo de profissionais amplo e, como tal, não reduzir o leque de objetivos e de temas que vierem a ser identificados para orientar o programa.

Embora os objetivos gerais da ação se evidenciem inevitavelmente quando se idealiza um programa – pelo menos os seus traços gerais —, estes devem encontrar a sua fundamentação nas realidades

concretas de vida dos destinatários últimos (Marques, 1995). Logo, não são válidos os objetivos construídos a partir de ideias pré-concebidas ou de julgamentos morais ou até pelo decalque exato de outras experiências, porque “o que mais interessa no momento de elaborar os objetivos, sejam eles gerais ou específicos, não é tanto o rigor da sua expressão ou formulação, mas antes a sua adequação e configuração relativamente ao nível de desenvolvimento concreto dos alunos, ao contexto social e cultural no qual estes se movem, e o seu carácter empírico e não apenas teórico” (Ariza, 1991; p. 142).

A etapa do diagnóstico é, por isso, determinante para as restantes fases do programa. Para Amor Pan (1997), é fundamental perceber o que sabem, como sabem e o que querem e precisam saber as pessoas com deficiência com as quais iremos desenvolver as atividades.

É frequente criar-se um debate em torno da opção entre métodos quantitativos e qualitativos ou entre a observação direta e indireta. A observação direta de comportamentos, a utilização de exercícios simples (com base em desenhos ou num conjunto de tarefas), debates, visionamento de filmes, utilização de imagens de revistas, questionários ou entrevistas individuais são apenas exemplos de processos viáveis para a recolha de informações acerca dos conhecimentos, das crenças, das atitudes, das expectativas e dos comportamentos dos grupos com os quais se desenvolverá o programa ou projeto. Será o conjunto de informações recolhidas que constituirá a base do trabalho futuro de definição de prioridades e de formulação de objetivos, ainda que não lhe deva ser dado um carácter estático e definitivo, uma vez que a realidade é dinâmica e mutável e alguns fenómenos ou ocorrências podem evidenciar-se apenas a posteriori.

Idealmente, os objetivos definidos com base na informação recolhida organizam-se por diferentes áreas ou vertentes dos problemas ou situações a que as atividades procuram dar resposta. Assim, pode ser criado um agrupamento de objetivos relacionados com os saberes a consolidar ou adquirir, outro de atitudes a promover, outro ainda de competências a desenvolver.

Esta organização não visa o isolamento das várias vertentes, uma vez que estão frequentemente, interligadas, mas sim facilitar a eleição das metodologias e das técnicas que melhor se adequam aos resultados que se pretendem atingir. Por outro lado, no que se refere à avaliação final dos resultados, esta organização é também facilitadora da sua operacionalização. Focalizados em cada uma das vertentes do programa, poderá ser mais imediata a seleção dos processos, das técnicas e dos instrumentos de avaliação, uma vez que serão, possivelmente, diferentes para cada uma delas. O diagnóstico inicial e os objetivos gerais e específicos orientarão a seleção dos conteúdos, assim como das estratégias e metodologia. Os conteúdos identificados que darão corpo às intervenções e permitirão a consecução dos objetivos definidos terão de ser, antes de mais, significativos para os indivíduos envolvidos (Frade *et al.*, 1992; Amor Pan, 1997). Por outro lado, devem estar adaptados às suas capacidades de entendimento e ser funcionais no seu dia-a-dia.

Por vezes, os interesses e as necessidades em matéria de Educação Sexual nem sempre são explicitados pelos sujeitos, carecendo, portanto, de um esforço interpretativo por parte do profissional, reelaborando-os, traduzindo-os em conteúdos precisos e em estratégias de atuação pedagógica.

A título indicativo, e com base nos conteúdos apontados pelo GTES (2005), assumiram-se neste trabalho os seguintes conteúdos genéricos da Educação Sexual dirigida a pessoas com NEE

- Conhecimento do seu corpo e o do outro sexo;
- Comunicação (recepção e expressão) de sentimentos e sensações
- Os vários tipos de sentimentos e a sua importância nas relações interpessoais
- Práticas de cuidado diário do corpo
- Reforço da autoestima e autoimagem positivas
- Assertividade para reagir a comportamentos não desejados.

Finalmente, sendo claros e consensuais os objetivos, a direção que vai ser seguida e os caminhos comuns a percorrer ao longo do processo, está facilitado o trabalho de responsabilização individual, a identificação dos modos e das áreas que serão objeto de atenção por cada um dos elementos envolvidos. Como a Educação Sexual não deve ser “um apêndice desligado do resto do processo educativo, nem se pode reduzir a uma simples matéria de ensino ou somente conhecimentos teóricos” (Amor Pan, 1997; p. 336), justifica-se que, tanto individualmente como em conjunto, sejam encontrados os contextos, os conteúdos e as atividades nas quais, de modo simplificado mas articulado, esta seja explicitamente introduzida.

Como ideal, salientamos a vantagem de ‘naturalizar’ o tratamento dos temas, no quadro de outras aprendizagens e contextos, sem correr o risco de banalizar um tema que, inevitavelmente, tem uma dimensão íntima e uma ênfase especial em termos pessoais e socioculturais (López, 1990).

2.3 - Questões metodológicas da Educação Sexual

As metodologias quotidianamente aplicadas pelos profissionais, no tratamento de outros temas – como a leitura, a escrita, desenvolvimento das competências sociais, das expressões... – não carecem, na nossa perspetiva, de adaptações radicais quando estão, por exemplo, em causa conteúdos relacionados com a sexualidade. Do mesmo modo, através do desenvolvimento de temas já instituídos (ou predominantes), é possível contemplar aspetos concretos da sexualidade, porque a focalização nesta permite recorrer à utilização de conteúdos, metodologias e recursos pedagógicos aparentemente pouco correlacionados.

A atuação orientada por esta perspetiva pode ter a vantagem de, por um lado, ‘normalizar’ os conteúdos da Educação Sexual, já que podem ser verbalizados e desenvolvidos em áreas temáticas ou disciplinares tão diferentes como a Matemática ou a Língua Portuguesa; por outro, esses conteúdos podem ser enriquecidos com a integração nos conteúdos gerais da educação e da vida do quotidiano, ultrapassando o cariz físico e biológico, tendencialmente predominante.

A consideração das particularidades e exigências do desenvolvimento do tema da sexualidade poderá, todavia, criar a necessidade de instrumentos, recursos e metodologias novas ou adaptadas. A consulta e/ou replicação de exemplos de atividades desenvolvidas por outros profissionais, em manuais ou outras publicações, será uma possibilidade, ainda que a criatividade e o ensaio se evidenciem como potencialmente frutuosa.

Dada a especificidade de cada grupo de crianças e jovens com NEE, assim como do estilo pedagógico de cada profissional, a adequação e adaptação de conteúdos e atividades são, por isso, um imperativo básico (Marques, 1995), o que reforça essa necessidade de criação “à medida”.

A particularização da intervenção relativamente a populações deste tipo assume que o processo de aprendizagem nunca é linear e que se prevê a existência de avanços e recursos ao longo do programa, sendo, por isso, imprescindível recorrer a momentos de reforço e repetição para promover a consolidação das aprendizagens. Tal como noutros campos da aprendizagem, também no tratamento dos conteúdos da Educação Sexual terá de existir uma preocupação permanente com a adequação dos temas, conteúdos e atividades. Quanto à intervenção junto desta população específica, haverá, então, que considerar, com especial acuidade, a complexidade dos seus processos de aprendizagem, determinada pela inter-relação entre fatores de ordem física, cognitiva, linguística, social e afetiva (Chaves, Coutinho & Dias, 1993).

Para atenuar o impacto das dificuldades de expressão e comunicação, é vital que o educador recorra a diversas alternativas de comunicação e sistematização da informação, proporcionando oportunidades similares aos que comunicam verbal e não verbalmente (Forreta, 2000). Assim, é recomendável a utilização de meios diferenciados de expressão que motivem a aprendizagem, recorrendo, sempre que possível, ao concreto, à imagem e ao figurativo. O recurso a vários tipos de imagem – gravuras, fotos, vídeos e diaporamas – facilita a associação da figura à palavra, por exemplo, através de descrições de imagens ou ações e da ordenação temporal.

Para que estas estratégias sejam bem-sucedidas será conveniente considerar alguns princípios:

- Clareza das instruções. Os alunos só podem pôr em prática uma tarefa, com êxito, se entenderem os procedimentos necessários para a levar a cabo;
- Prática intensiva. Com esta população o número de tentativas e abordagens à tarefa deverá ser maior;
- Práticas diversificadoras para a exploração dos mesmos conteúdos, devem ser utilizadas várias atividades, especialmente os de elevada complexidade;
- Apresentação pausada dos conteúdos;
- Tarefas desafiantes. É importante que as tarefas propostas sejam relativamente desafiantes para que mereçam o empenho do(s) aluno(s). Assim, o sujeito ensaiará a estratégia ou estratégias que considerar adequada(s), o que permite o seu desenvolvimento

Outro fator a considerar na procura da efetividade na comunicação e na aprendizagem será o recurso a outros modos de interação, destacando-se os jogos de movimento e de confiança, as dramatizações e a mímica. Todas estas atividades de natureza lúdica constituem um auxiliar para intervalar as atividades, quebrar a possível tensão entre os elementos do grupo, favorecer a sua motivação e a autonomia.

Apesar de alguns profissionais expressarem hesitações e receios relativamente às chamadas metodologias ativas, a sua autoconfiança tende a ser reforçada à medida que as vão experimentando e constatando os seus efeitos, visíveis no empenhamento e progressão dos alunos, acabando por valorizá-las (Sanders & Swinden, 1998).

Estas sugestões são apenas algumas que se enquadram nas metodologias ativas, as quais apelam à máxima participação no processo de ensino/aprendizagem, favorecendo a troca de opiniões,

saberes e experiências, a reflexão e o desenvolvimento de competências. A pormenorização do trabalho desenvolvido pelos educadores e professores deste projeto clarifica e demonstra todo o seu potencial, validade e aplicabilidade.

2.4 - Adaptações nos objetivos e conteúdos

Segundo Bautista (1997), na educação de crianças com necessidades educativas especiais não devem ser esquecidos alguns princípios estabelecidos por Piaget. O princípio ativo, segundo o qual para que haja aprendizagem, a criança deve ser posta em relação direta com os objetos. O princípio da estruturação, promovendo que o ensino seja subdividido em pequenas etapas, para que a criança avance a pouco e pouco e alcance os objetivos. A necessidade de repetir muitas vezes uma determinada aprendizagem, combinando os objetos ou situações, para que haja transferência para situações análogas, diz respeito ao princípio da transferência. A motivação para a aprendizagens sociais surge da criação de situações positivas de aprendizagens nos campos sociais e afetivos. O mesmo autor sustentou ainda que para que haja associação entre os sinais verbais e a experiência, toda a ação deve estar ligada à palavra correspondente, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo.

Para Maia (2001) é tarefa dos educadores garantir às pessoas as melhores condições para o exercício da vida social (cidadania) incluídas aí as questões sexuais, e para tal é fundamental que essa iniciativa possa estar pautada em reflexões teóricas - científicas – e práticas, com aplicações de

procedimentos de ensino facilitadores especificamente voltados, no caso da Educação Especial, à população especial para a qual se destinam.

A legislação da Educação Especial – lei n.º 3/ 2008 – tendo por objetivo a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades (artigo 1.º), impele os profissionais da educação a considerar claramente o grupo-alvo da educação especial também na abordagem da educação sexual nas escolas.

Visando responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e participação, decorrentes de alterações funcionais e estruturas de carácter permanente, considerou-se neste trabalho a necessidade de aplicar a medida educativa adequações curriculares na aplicação do programa de educação sexual construído. Refira-se que esta medida traduz-se em adequações de âmbito curricular, que não põem em causa o currículo comum ou as orientações curriculares (artigo 18.º). Estas adequações podem ser elaboradas a partir da introdução de objetivos ou conteúdos intermédios ou na dispensa de atividades sempre que o nível de funcionalidade do aluno dificulte, ou impossibilite, a sua execução.

O trabalho do docente no sentido de realizar adequações curriculares, terá de considerar um ponto de partida marcadamente reflexivo sobre aquilo que o aluno é capaz ou não de realizar, nomeadamente através de atividade de avaliação diagnóstica ou a partir de observação informal. Para determinar as competências que entende serem importantes desenvolver nos alunos, o docente terá de criar necessariamente instrumentos e procedimentos de avaliação, naturalmente inspirados em materiais pedagógicos que já existem.

Além de poder introduzir objetivos que lhe pareçam mais pertinentes, o docente poderá salientar os objetivos e conteúdos mais adequados aos alunos com necessidade educativas especiais, eliminando outros inadequados para os mesmos.

As atividades que proporcionamos aos alunos com o intuito de transmitir conteúdos, podem assumir diferentes graus de dificuldade para ensinar um mesmo conteúdo, atividades de grupo que favoreçam a aprendizagem, atividade de escolha por parte dos alunos proporcionando o desafio e o prazer e atividades individuais fomentando autonomia (Morato, 1995).

CAPÍTULO III

Trabalho de Campo

3.1 Objetivos e Enquadramento prático

Propôs-se a implementação do disposto na Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto através da construção e implementação de um programa de educação sexual destinado a alunos do 1.º ciclo do ensino básico, contemplando as devidas adequações necessárias ao trabalho com alunos com necessidades educativas especiais.

Para a concretização deste trabalho, considerou-se o apoio do Agrupamento e Escolas Guilherme Stephens, na Marinha Grande, ao nível da cedência de material de desgaste.

Sendo sempre importante partir para um projeto trabalhando em equipa, contou-se com a colaboração da professora coordenadora da Educação para a Saúde do Agrupamento de Escolas.

3.2. Descrição dos participantes/ contextos

A EB1 Várzea é o contexto de aplicação deste trabalho. Pertence ao Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens. Por estarmos perante um trabalho de campo e atendendo aos objetivos subjacentes à sua elaboração, optámos por nos cingir à construção teórica de um programa de educação sexual para o 1.º ciclo do ensino básico e à sua aplicação prática no trabalho direto com os alunos com os quais se trabalhava no decorrer do ano letivo 2011/2012, nomeadamente uma turma de 3.º e 4.º ano de escolaridade, com 5 alunos com necessidades educativas especiais.

A turma é constituída por um total de 19 alunos. Esta turma sofreu alteração relativamente ao ano letivo transato, pelo que se constituiu um grupo com poucas ligações afetivas. Os alunos da turma eram

provenientes de um nível socioeconómico médio existindo, no entanto, cinco alunos oriundos de um meio mais desfavorecido.

Quanto aos alunos com necessidades educativas especiais, ao abrigo do Dec. Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, estes beneficiam de medidas educativas consignadas no respetivos Programas Educativos Individuais à luz da tipificação das necessidades educativas especiais considerados pela tutela. Assim, um dos alunos está enquadrado na dimensão NEE mentais, de carácter emocional – diagnóstico de Autismo – e quatro estão enquadrados na dimensão NEE mentais de carácter cognitivo – diagnóstico de deficiência mental, usufruindo adequações curriculares.

3.3 Implementação do programa

No segundo e terceiro períodos letivos foi cumprida a abordagem da temática da educação sexual, no âmbito da implementação da Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto, bem como a respetiva carga horário para o 1.º ciclo de escolaridade, à qual se somaram as atividades realizadas sobre a mesma temática no âmbito deste estudo.

As atividades com os alunos respeitaram aos temas preconizadas pelo Ministério da Educação, com base no diagnóstico de necessidade/problemas identificados ao nível da turma.

Passamos agora a destacar as várias fases porque se norteou o nosso estudo. Para se compreender as atividades que levámos a cabo é importante ter em consideração o Anexo III – Programa de Educação Sexual – que apresentamos no final deste trabalho e que a seguir faremos referência.

Houve um trabalho prévio de consulta de legislação e de publicações sobre a temática, no sentido de elaborar as fichas de atividades concebidas e constantes no programa de Educação Sexual conceptualizado. As fichas, trabalhadas em contexto de turma, foram elaboradas e seguidamente aplicadas. A aplicação de cada ficha precedeu sempre a construção da ficha seguinte, no intuito de identificação de necessidades dos alunos ao nível da temática abordada. Os momentos da implementação do programa foram realizados quinzenalmente, durante o 2.º e 3.º períodos letivos, em horário letivo.

As sessões de trabalho iniciavam-se pela indicação aos alunos de que se iria abordar o tema da educação sexual. Seguidamente, apresentava-se ao grupo-turma a ficha de atividade a realizar. A tarefa era, por sua vez, explicada individualmente aos alunos com necessidades educativas especiais, consoante as especificidades da tarefa e as características dos alunos (tipificação das NEE).

O momento final da atividade era marcado por uma discussão alargada sobre a mesma, através de participação autónoma dos alunos da turma. A participação dos alunos com necessidades educativas especiais foi, por sua vez e na maioria das situações, motivada pelo docente. A reflexão acerca dos pontos fortes e fracos de cada atividade, bem como a postura crítica do docente face ao momento da sua aplicação, foram dados considerados na elaboração das fichas seguintes.

3.4. Dados da implementação

Na atualidade, embora os docentes tenham acesso privilegiado à informação e estejam conscientes da necessidade de modificar as suas práticas pedagógicas, poucos têm sido os que, na verdade, têm assumido uma mudança de atitudes e de responsabilidade face à introdução de novas metodologias no processo ensino-aprendizagem, preferindo manter-se na sua área de conforto, a metodologia tradicional.

Claro que, quando se opta por intervenções formativas mais pró-ativas, estas devem ter em consideração não só a tipologia dos conteúdos a lecionar, mas sobretudo serem sensíveis aos reais interesses e motivações dos alunos, pois só desta forma se poderão angariar ganhos para a aquisição de novos conhecimentos, que, no caso concreto, se revertem a favor de conhecimentos no âmbito da educação sexual.

O trabalho de campo desenvolveu-se com a participação positiva de todos os 19 alunos que demonstraram forte motivação para as tarefas apresentadas.

A experiência de implementação do programa construído permitiu a identificação de algumas dificuldades de trabalhar o tema, no caso concreto, ao nível do 1.º ciclo, bem como as potencialidades de incluir os alunos com necessidades educativas especiais nos momentos de formação pessoal e social, com especial enfoque na vivência da sexualidade.

O perfil do aluno diz-nos que se trata de um aluno com bom rendimento escolar, este apresenta uma melhor planificação da resposta à tarefa e melhor habilidade para apresentar e discutir em grupo alargado, porém a generalidade dos alunos demonstrou interesse na realização da atividade e na discussão alargada de cada tarefa.

Distinguiu-se pela positiva a participação dos alunos com necessidades educativas especiais, nos momentos de discussão alargada, sendo que em muito determinada pelas estratégias de motivação por parte do docente.

De forma genérica e subjetiva, foi possível identificar que a maioria dos alunos da turma considerou uma novidade o apelo e motivações intencionalmente dirigidos aos alunos com necessidades educativas para o debate das questões em grupo alargado.

Concluimos ainda que o grupo-turma, antes da intervenção formativa, não se encontrava sensibilizado para a importância de trabalhar o tema educação sexual na escola.

Quanto a uma possível mudança na aquisição de conhecimentos, não havendo intenção de com este trabalho avaliar objetivamente o grau de conhecimento dos alunos, foi possível identificar que houve um desenvolvimento de competências pessoais e sociais no sentido da responsabilização e autonomia, ao nível das suas atitudes e reflexões acerca das situações apresentadas nas fichas.

As dificuldades identificadas foram mais sentidas na abordagem do tema que intitulámos “Eu e os outros”, concretamente na realização da atividade n.º 10 “Como agir... quando uma situação me surge”. Os alunos não parecem estar despertos para os perigos de se relacionarem com estranhos, não estando, por isso, atentos aos alertas dos educadores que são fundamentais para que assumam atitudes e comportamentos de autoproteção. Calado (2011), em entrevista a docentes no âmbito de investigação científica encontrou os mesmos dados, ou seja, a larga maioria de professores indicou que o conteúdo que considerava mais difícil de abordar com os alunos era “proteção do corpo e noção dos limites, dizendo não a aproximações abusivas”. A investigação do mesmo autor identificou que a maior dificuldade sentida pelos

professores entrevistados era o fato destes não terem formação profissional adequada sobre a temática. No nosso trabalho essa lacuna também foi sentida. De qualquer forma a estratégia de minimização passou pela importância de ser o próprio docente a construir os materiais e fichas de trabalho, permitindo um maior à vontade com a escolha das metodologias e estratégias a implementar. Por sua vez, o clima relacional positivo com os alunos também foi considerado fator preponderante para ultrapassar a dificuldade referida.

A implementação do programa proposto permitiu ainda que ressaltasse a dificuldade do docente em responder às questões dos alunos, marcadas pela imprevisibilidade. A faixa etária com a qual se trabalhou fazia pressupor este resultado. A literatura consultada apontava já tal evidência (Calado, 2011). A estruturação da realização da tarefa, naturalmente não evitou que os alunos dessem asas às suas dúvidas e as colocassem naquele contexto. Refira-se que mesmo identificado como uma dificuldade, este fato reconhece-se ser também uma potencialidade da abordagem da educação sexual nas escolas, dado que permite aos alunos um espaço privilegiado para manifestarem dúvidas e para verem as suas questões debatidas e respondidas em domínio público. A resposta ao desconforto dos docentes poderá passar, de fato, pela formação.

As duas dificuldades acima mencionadas parecem estar relacionadas, tal como aponta Calado (2011), dado que, se por um lado os docentes consideram que o tratamento do tema das aproximações abusivas é a principal finalidade da educação sexual no 1.º ciclo do ensino básico, como atrás se referiu, por outro é o conteúdo onde relevam um maior constrangimento, em muito devido à falta de formação.

Interessa, no entanto, sublinhar o excelente grau de participação das atividades da generalidade dos alunos.

Neste aspeto, é necessário planejar atividades que estejam de acordo com os reais interesses dos alunos, motivando-os e despertando-os para a aprendizagem que se pretende. Foi com esse propósito que estruturamos toda a nossa estratégia de aprendizagem.

CONCLUSÃO

O surgimento de novas orientações curriculares na abordagem da educação sexual em meio escolar, a participação ativa dos docentes na sua implementação e a necessidade de adequações do conjunto de materiais pedagógicos disponíveis fazem suscitar o aparecimento de novas propostas de trabalho com os alunos. O contributo deste trabalho é o alargamento de práticas pedagógicas no campo do desenvolvimento pessoal e social dos alunos em geral, e na área da educação sexual dos jovens com necessidades educativas especiais em particular.

Este trabalho permitiu clarificar o conceito de sexualidade e a importância da existência de uma educação sexual formal em contexto escolar. A reflexão em torno da evolução da legislação da educação sexual em Portugal e as recentes medidas legais, oferecem uma oportunidade que deve ser lograda pelas escolas. Embora a lei seja para todos há que sublinhar, na prática, que cabe à escola, o papel de promover uma educação sexual adequada a uma dimensão como a dos alunos com necessidades educativas especiais. Para tal, serão importantes os diferentes contributos que vão surgindo de docentes, de técnicos e até de encarregados de educação.

Nos programas dirigidos a alunos com necessidades educativas especiais, dado que estes são mais heterogéneos e originais, impõe-se uma maior adequação às suas características e necessidades através da flexibilidade na construção e execução desses programas. Na hora de descer ao terreno, é necessária a planificação e prestar especial atenção ao que os alunos sabem, como o sabem e o que necessitam saber. Na intervenção junto desta população, deve-se ter em conta a complexidade dos seus processos de aprendizagem, determinada pela interpelação entre fatores cognitivos, linguísticos, sociais e afetivos.

A experiência de construção do programa de educação sexual assumiu-se como positiva e como adequada às expectativas e necessidade da turma com a qual se trabalhou. Recolheram-se informações subjetivas de satisfação com as atividades implementadas, quer a partir dos alunos, dos encarregados de educação e comunidade educativa. No que diz respeito à avaliação dos conteúdos abordados foram consideradas metodologias comuns no processo de ensino-aprendizagem nas escolas.

A necessidade de investir em programas de formação de educação sexual destinados a docentes assume-se como sendo uma prioridade científica, emanada pelos resultados que se obtiveram com este trabalho. Por outro lado, não se pode deixar de fazer uma referência a importância das posturas de autoformação dos docentes. A procura voluntária de materiais e estratégias pedagógicas para abordar a educação sexual nas salas de aula tem-se constituído, na generalidade, como uma boa prática a manter. Assistimos, pois, a uma mudança de paradigma no campo da formação de docentes, no sentido de maior autonomização face à diminuição de ofertas e oportunidades de formação da responsabilidade da tutela.

Em jeito de conclusão, assume-se a necessidade de continuação do trabalho encetado no sentido de promoção da avaliação contínua do programa ora construído e implementado.

BIBLIOGRAFIA

- Ariza, C. (1991) *Programa Integrado de Pedagogía Sexual en la Escuela*. Madrid: Narcea.
- Amor Pan, J.R. (1997) *Afectividad y Sexualidad en la Persona com Deficiencia Mental*. Madrid. Publ. Universidad Pontificia Comillas, Catedra de Bioetica, nº 2
- Alferes, V. R. (1996). A pedagogização do sexo. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 30 (1), (pp. 91-96).
- Alferes, V. (2004). A Sexualidade e Psicologia Social. *Psychologica*, 2004 (pp. 585-599).
- Bandura, A. (1986). *Social Foundations of thought and action. A social cognitive theory*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Bastos. O. & Deslandes, S. (2005). Sexualidade e o adolescente com deficiência mental. *Ciência e saúde coletiva*, 10(2). (pp. 389-397).
- Bautista, R. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.
- Benavente, A. (1995). Prefácio à edição portuguesa. In P. Sanders & L. Swinden, *Para me conhecer. Para te conhecer...Estratégias de educação sexual para o 1º e 2º ciclos do ensino básico*. Lisboa: APF.
- Calado, L. F. (2011). Educação Sexual no 1.º ciclo do ensino básico – conceções de professores de um agrupamento de escolas. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa.
- Chaves, J., Coutinho, C. & Dias, M. (1993) A imagem no ensino de crianças com necessidades educativas especiais. *Revista Portuguesa de Educação*, nº 6; pp- 57-66.
- Cortesão, I., Silva, M. A ., Torres, M. A . (1989) . *Educação para uma sexualidade humanizada – guia para professores e pais*. Porto: Afrontamento.
- Despacho n.º 19737/2005. DR n.º 176 – II Série de 13/09/05.

Dicionário da Língua Portuguesa. 2006. Porto Editora.

Erikson, E. (1991). *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Forreta, F. (2000) “Aprender ... a Vida” – Módulo de Educação Sexual para pessoas portadoras de deficiência mental. In A. Miguel, A.C. La Blétière, F. Forreta (Coord.) *Deficiência Mental – Uma abordagem técnica à formação pessoal e socioprofissional*. Lisboa: Texto Editora. pp.38-65.

Frade, A., Marques, A.M., Alverca, C. e Vilar, D. (1992) *Educação Sexual na Escola – Guia para professores, formadores e educadores*. Lisboa: Texto Editora, Lda, Col. Educação Hoje

Frade, A., Marques, A.M., Alverca, C. e Vilar, D. (1999). *Educação sexual na escola: um guia para professores, formadores e educadores*. Lisboa: Texto Editora, (Educação Hoje).

Frade, A., Marques, A.M., Alverca, C. e Vilar, D. (2010). *Educação Sexual na Escola. Guia para professores, formadores e educadores*. 8.^a edição. Lisboa: Texto Editora.

Freud, S. (1924). *Três ensaios sobre a sexualidade* (Tradução Ramiro Fonseca). Lisboa: Livros do Brasil.

Foucault, M. (1977). *História da sexualidade I – A vontade de ser*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Gomes-Pedro (2000). Prefácio. Identidade , Desenvolvimento e Sexualidade. In A. Barbosa & J. Pedro-Gomes (Eds), *Sexualidade* (pp.3-5). Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

GTES (2007). Relatório Final. Lisboa.

http://sitio.dgdc.minedu.pt/saude/Documents/GTES_RELATORIO_FINAL.pdf. Pesquisa em Janeiro de 2011.

<http://www.cig.gov.pt/guiaeducacao/preescolar/>

<http://www.cig.gov.pt/guiaeducacao/3ciclo/>

<http://sitio.dgidec.min-edu.pt/Paginas/default.aspx>

Kelly, G. (1998). *Sexuality today: the human perspective* (6^a ed.). Boston: McGraw-Hill, Cop.

Lei n.º 3/84 de 24 de Março. D R, I Série nº 71, (pp. 981-983).

Lei n.º 120/99 de 11 de Agosto . D R, I Série n. 186, (pp. 5232-5234)

Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto.

López, F. (1985). *Principios básicos de la educación sexual*. Salamanca: Ediciones Universidade de Salamanca.

López, F. (1990). *Educación sexual*. Madrid. Fundación Universidad-Empresa.

López, F. (1995). Desenvolvimento Social e da Personalidade. In C. Collet al. (Org.), *Desenvolvimento psicológico e educação – Psicologia evolutiva* (pp.81-93). Porto Alegre Artmed Editora.

López, F. & Fuertes, A. (1999). *Para compreender a sexualidade*. Lisboa: APF.

López,F. (2005). *La education sexual de los hijos*. Madrid: Edicaciones Pirámide.

López,F. (2005). *La educación sexual*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Maia, A.C.B. (2001). Reflexões sobre a sexualidade da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, (pp. 35-46).

Maia, A. C. B. (2006). *Sexualidade e Deficiências*. São Paulo: UNESP.

Maia, A. C. B. (2011). *Inclusão e sexualidade – na voz de pessoas com deficiência física*. Curitiba: Juruá Editora

- Marques, A. (1995). Princípios e prática da educação sexual. In I. Félix & A. Marques (Eds.), *E Nós... Somos diferentes? Sexualidade e educação sexual na deficiência mental*. (pp. 89-99). Lisboa: A.P.F.
- Marques, A. & Prazeres, V. (coord.) (2000). *Educação Sexual em Meio Escolar: Linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação e Ministério da Saúde.
- Marques, A. M., Vilar, D. & Forreta, F (2002). *Educação sexual no 1º ciclo – Um guia para professores educadores*. Lisboa: Texto Editora.
- Marques, A. M. (2002). O que é a educação sexual. In A.M. Marques, D. Vilar & F. Forreta (Coord.), *Educação sexual no 1º ciclo: um guia para professores e formadores* (pp. 10-14). Porto: Porto Editora.
- Meredith, P. (1989). *Sex education: political issues in Britain and Europe*. London: International Planned Parenthood Federation.
- Medero, F. & Dominguez, C. (1993). *Ninõs, ninãs, maestros, maestras: una propuesta de educación sexual*. Sevilha: Díada Editores.
- Morato, L. & Parrot, P. (1995). *Deficiência Mental e Aprendizagem*. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.
- Murphy, N. & Elias, E. (2006). Sexuality of children and Adolescents with developmental disabilities. *Pediatrics*.vol. 118, number 1, july (pp. 398-403).
- Oliveira, J. H. (1989). Freud e a Educação Sexual. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 23, (pp. 297-322).
- Pacheco, J. (1998). Projeto curricular integrado. *Cadernos PEPT*, n.º 18, Lisboa: Ministério da Educação.
- Pereira, A. (1987). A sexualidade ao longo do ciclo da vida. In F. Gomes; et al. *Sexologia em Portugal (vol.1)* (pp. 72-113). Lisboa: Texto Editora.

- Pereira, M. (1993). Com quem falam os adolescentes sobre sexualidade? Ilacões com base nos resultados de um questionário. *Análise Psicológica*, 3 (XI), pp. 415-424.
- Pereira, M. & Freitas, F. (2001). *Educação Sexual. Contextos da Sexualidade e adolescência*. Coleção: Guias Práticos. Edições Asa.
- Prazeres, V. (2003). A Sexualidade e a Escola. In E. Sá (Coord.) *Quero-te! Psicologia da sexualidade* (87-92). Coimbra: Quarteto Editores
- Sanders, P. & Swinden, L. (1995). *Para me conhecer. Para te conhecer... Estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º ciclos de Ensino Básico*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- Sampaio, M. (1987). *Escola e educação sexual*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sampaio, M. (2002). A Escola e os Professores e a Educação Sexual. In A. M. Marques, D. Vilar & F. Forreta (Coord.), *Educação sexual no 1º ciclo: um guia para professores e formadores* (pp. 24-30). Porto: Porto Editora.
- Sebastião, C. (2005). *Educação em Sexualidade: um contributo para a Formação Inicial de Professores*. Aveiro: Universidade de Aveiro. (Dissertação de Mestrado).
- Serbin, L. & Sprafkin, C. (1981). A developmental approach: Sexuality from infancy though adolescence. In J. Geer & W. O'Donohue (Eds). *Teories of Human Sexuality*. New York: Plenum Press.
- Shakepeare, T. (2000). Disabled Sexuality: Toward Rights and Recognition. *Sexuality and Disability*, vol. 18, nº3 . (pp. 159-166).

SIECUS (1996). *National, Guidelines task force: guidelines for comprehensive sexuality education. Kindergarten 12^a Grade*. New York: SIECUS. Disponível em <http://www.siecus.org>.

SIECUS (2004). (3.^a ed.). *Guidelines for Comprehensive Sexuality: From kindergarten through 12th grade*. New York: SIECUS. Disponível em <http://www.siecus.org>.

Sprinthall, W. & Collins, A (2003). *Psicologia do adolescente : uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Caloouste Gulbenkian.

Teixeira, F. (2003). Educação em sexualidade em contexto escolar. In G. Carvalho et al. (Coord.), *Saberes e práticas na Formação de Professores e Educadores. Actas das Jornadas DCILM 2002* (pp. 155-170). Universidade do Minho: DCIM/IEC.

Vaz, J. Vilar, D. & Cardoso, S. (1996). *Educação Sexual na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.

Vilar, D. (2002). Contributos para a historia da esucação sexual em Portugal. In A. Marques, et al. (Coords), *Educação Sexual no 1º ciclo. Um guia para professores e formadores* (pp. 15-23). Lisboa: Texto Editora.

Vilar, D. (2003). Questões actuais sobre a educação sexual num contexto de mudança. In L. Fonseca et al. (Coords), *A sexologia: perspectiva multidisciplinar II* (pp.155-183). Coimbra: Quarteto Editores.

Vygotsky, L. S. (1999). *O desenvolvimento psicológico na Infância*. São Paulo: Martins Fontes

Vygotsky, L. S. (2000). *A Formação social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Zapiain, J. G. Ibaceta, P. & Fernandez, J. (2000). *Programa de Educación afectivo-sexual*. Manual. Vitoria-Gastiez: Serviço Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.

Zapiain, J. G. (2002). Educação afectivo-sexual: Universidade do País Basco/Euskal Herriko Unibertsitatea. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, (pp.33-42)

ANEX0 I

Pedido de autorização ao Diretor do Agrupamento de Escolas

Guilherme Stephens

Pedro Miguel Carvalho Fernandes
Professor do Quadro Zona
EB1 Várzea
Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens

Exm^o. Sr^o. Director
Do Agrupamento de Escolas Guilherme
Stephens

Assunto: Pedido de Autorização

Exmo. Senhor

Como é do conhecimento de V^a Ex.^a encontro-me, neste momento, a realizar o trabalho de Projeto no âmbito do Mestrado no Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra, pelo que, venho por este meio, solicitar a V^a Ex.^a que se digne conceder-me autorização para desenvolver um Projeto de Trabalho com uma turma do 3º e 4º Ano de Escolaridade da EB1 Várzea.

Comprometo-me, desde já, a pedir a necessária autorização aos Encarregados de Educação dos (as) alunos (as).

Agradecendo antecipadamente a atenção de V^a Ex.^a, apresento os meus respeitosos cumprimentos.

Marinha Grande, 09 de Novembro de 2011

O professor

(Pedro Miguel Carvalho Fernandes)

ANEXO II

Pedido de autorização aos Encarregados/as de Educação

Pedido de autorização aos Encarregados/as de Educação

Assunto: Participação no Projeto sobre Educação Sexual no 1º Ciclo, no 3º e 4º ano de Escolaridade.

Ex. o(a) Senhor(a) Encarregado(a) de Educação

No âmbito do *Mestrado*, ministrado na Escola Superior de Educação de Coimbra, será levado a efeito um Projeto de Estudo de Campo, com uma turma do 3º e 4º Ano de Escolaridade.

Venho, pois, solicitar autorização para que o seu educando participe no Projeto de implementação de um programa de educação sexual, idealizado em torno de uma tese de Mestrado na área da Educação Especial pelo professor Pedro Fernandes.

O referido projeto será posto em ação durante as aulas. Durante esta aplicação, que se realizará entre novembro de 2011 e maio de 2012.

O Projeto será aplicado na turma 3º e 4º ano de escolaridade, da EB1 Várzea, na Marinha Grande.

O Professor

Pedro Fernandes

Eu, Encarregado/a de Educação do(a) aluno(a) _____ do 3º e 4º Ano, autorizo/não autorizo (**riscar o que não interessa**) participar neste projeto.

Marinha Grande, ____ de novembro de 2011

O/A Encarregado/a de Educação

ANEXO III

Programa de Educação Sexual

Programa de Educação Sexual

Introdução

O presente programa foi criado para ser um recurso, à disposição dos professores titulares de turma, facilitador da implementação da educação sexual em meio escolar (Decreto-lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto).

Maia (2001) sustentou a necessidade de aplicação de procedimentos de ensino facilitadores especificamente voltados, no caso da Educação Especial, para a população especial a quem se destinam, com base na ideia de que será tarefa dos educadores garantir às pessoas as melhores condições para o exercício da vida social (cidadania) incluídas aí as questões sexuais, e para tal é fundamental que essa iniciativa possa estar assente em reflexões científicas teóricas e práticas.

Considera-se, assim, que a abordagem da educação sexual na escola deve assumir o compromisso da garantia da participação ativa de todos os seus intervenientes através de um processo contínuo e presente ao longo de todo o percurso escolar, integrando componentes de carácter biológico com outros de tipo psicossocial, no sentido de fomentar o debate e reflexão acerca das competências pessoais e sociais fundamentais para uma vivência da sexualidade de forma informada, gratificante, autónoma, logo mais responsável da sexualidade.

Este programa foi construído à luz do Modelo de Desenvolvimento Pessoal, descrito por Vaz, Cardoso & Vilar (1996), e preconiza a abordagem da educação sexual, através de três áreas temáticas (Um

Corpo a crescer, Eu e os outros, As dúvidas na minha cabeça) apresentando os objetivos e, para cada uma das áreas, sugestões pedagógicas destinadas ao trabalho com alunos do ensino regular, e ainda propostas de adaptações dessas mesmas atividades às necessidades educativas especiais de determinado de um grupo de alunos.

Segundo Vaz e colaboradores (1996) e Loureiro (1997), apesar de ser evidente, na conceção de programas, que a educação sexual não é uma área científica reservada a especialistas, torna-se imprescindível que o professor que o vai aplicar tenha em conta determinados princípios:

- Tome consciência das suas atitudes, tabus e valores face ao sexo e aos comportamentos sexuais da pessoa com necessidades educativas especiais, evitando criar um clima valorativo que possa inibir a participação dos jovens e portanto dificultar a implementação do programa.
- Valorize quer o ajustamento interpessoal, quer o ajustamento intrapsíquico do jovem, alterando se necessário o cumprimento do previamente programado.
- Procure estimular e reforçar quer a participação individual, quer a colaboração e cooperação dos vários alunos entre si.
- Evite usar o programa numa forma rígida por receio de hipotéticas reações adversas ocorridas em abordagens similares no passado.

Este programa poderá ser utilizado como um instrumento de apoio para além do âmbito para o qual foi construído, exigindo apenas da parte do professor que o vai aplicar a introdução de ajustes às necessidades e interesses dos alunos, assim como ao contexto em que decorre a sua aplicação. Poderá ter que proceder à procura de novos conteúdos, à alteração da sequência dos objetivos propostos ou mesmo à substituição

ou eliminação de alguns deles ou ainda ao aproveitamento de novos recursos humanos e materiais que a comunidade lhe ofereça.

Conceção do Programa – Questões prévias

O primeiro objetivo de qualquer Agrupamento de Escolas com alunos com necessidades educativas especiais (NEE) deverá ser o de procurar que todos os intervenientes no processo educativo das crianças e jovens com NEE que os frequentem (pais, professores, técnicos, assistentes operacionais e todas as outras pessoas) se preocupem não só que os alunos aprendam o máximo que lhes é possível (sobretudo no domínio cognitivo e em termos académicos) mas também que cresçam e se desenvolvam como uma pessoa individualmente realizada e socialmente integrada.

Sendo a sexualidade uma dimensão da personalidade que segue o ritmo do desenvolvimento global (GTES, 2007), reprimir ou ignorar a sua expressão nas crianças e nos jovens com NEE seria dificultar o seu crescimento e o seu desenvolvimento enquanto pessoas. Se por um lado não existe educação que não seja sexualizada, então a educação sexual começa com a vida relacional.

A pessoa, seja quais forem as suas características, constrói-se na relação/ comunicação e a partir das trocas afetivas Pais-Filhos, Professores-Alunos (Canha & Neves, 2007). São estas as que mais contribuem para a harmonia do desenvolvimento psicológico global e do desenvolvimento psicosexual em particular (GTES, 2007). Daí resulta que todos os que se

relacionam e interagem com a criança e o jovem com NEE, nos seus diferentes contextos de vida, de socialização, estão a fazer Educação Sexual. Por esse motivo, é importante e necessário intervir sobre a qualidade das suas interações com eles.

São estes adultos, aliás que presenciam a maior parte dos seus comportamentos afetivos sexuais. São os professores que., com mais frequência, são confrontados com questões relacionadas com a sexualidade e é sobretudo deles, que a criança e o jovem querem obter uma resposta, porque é neles que mais confiam, é a intimidade deles que mais lhe interessa (GTES, 2007).

Se bem que necessária e importante, esta Educação Sexual informal ou implícita não tem sido, por si só, suficiente, especialmente em alunos NEE, em parte devido à menor qualidade de experiências e vivências relacionais e também ao menor número e diversidade de contextos de vida a que têm acesso, relativamente a qualquer outro aluno da sua idade. Todavia, tal como eles, os alunos com NEE estão expostos a todo o tipo de mensagens sobre o sexo e a sexualidade, a todo o tipo de riscos: gravidez indesejada, abuso sexual (assédio, violação), exploração sexual, doenças sexualmente transmissíveis. Só que as limitações inerentes à deficiência de que são portadores tornam-nos mais indefesos e vulneráveis (Canha & Neves, 2007).

Para ajudar a pessoa com NEE a enfrentar estas desvantagens, torna-se essencial proporcionar-lhe, o mais precocemente possível, uma Educação sexual formal em que a sexualidade humana seja acordada numa forma explícita, isto é, objeto numa intervenção pedagógica intencional e estruturada, assumindo, por proposta nossa a forma de Programa.

Segundo Loureiro (1997), os primeiros programas de educação sexual concebidos para pessoas com NEE incidiram, principalmente, na

transmissão de informações e conhecimentos sobre a vida sexual, com a preocupação exclusiva de impedir e reduzir os problemas com ela diretamente relacionados.

Para o mesmo autor, os que se lhe seguiram, esforçaram-se por não abordar a vida sexual duma forma tão “desligada” do seu contexto relacional, emocional e social, mas este foi tratado ainda como relativamente acessório e, fundamentalmente, como elemento informativo. Tanto uns como outros focalizaram, principalmente, a componente fisiológica da sexualidade humana, enquadrando-a, mais ou menos, em considerações de ordem ética e psicológica, preocupando-se em fornecer ao jovem o máximo de conhecimentos e saber sobre o assunto.

Estes programas tiveram resultados pouco eficazes, pois veio-se a constatar que, quer pela sua conceção, quer pela forma de intervenção utilizada, um número significativo de pessoas com deficiência que neles participaram, continuaram a apresentar comportamentos como os seguintes:

- Manifestações indiscriminadas de afeto (por exemplo: tocar, beijar conhecidos e estranhos) para além da idade socialmente aceite, por falta de aprendizagem sobre “o quando”, “o onde” e “o com quem” deveriam ocorrer essas manifestações.
- Indefesa perante situações de risco de abuso sexual devido, por um lado, à interiorização pela pessoa com NEE do princípio educativo de que deveria fazer sempre tudo aquilo que as outras pessoas “que sabem mais e melhor que eles” lhe dizem ou pedem para fazer, por outro, à não promoção da capacidade de tomar decisões e de ser assertivo.

- Não consideração dos sentimentos e necessidades expressas pelos outros, devido à falta de desenvolvimento da capacidade de reconhecer e respeitar, em qualquer tipo de relação, incluindo a de natureza sexual, os sentimentos e as necessidades do outro, atribuindo-lhes o mesmo valor que às suas.
- Dificuldades em comunicar os seus desejos, os seus sentimentos, medos e interesses, devido não apenas à deficiência de que eram portadores, mas também à falta de experiência de interação e participação proporcionada aos alunos, por recorrer a uma metodologia demasiado expositiva.
- Exibição em público de comportamentos sexuais, por exemplo, práticas masturbatórias, não porque não tivesse sido ensinado às pessoas com deficiência que esse comportamento deveria ocorrer em privado, mas sim porque se ignorou a importância da concertação, da coerência das atitudes e comportamentos a este propósito dos restantes educadores, presentes nos diferentes contextos de vida do aluno (restantes adultos significativos da Escola, Família e Vizinhos).
- Inquietação, vergonha e receio por parte de alguns jovens com deficiência em relação às alterações ocorridas no seu corpo, demonstrando que as explicações de natureza fisiológicas não os tranquilizaram, uma vez que a “atitude abstrata e impessoal da ciência” se sobrepuseram as reações mais díspares e concretas (repressão, por exemplo) das pessoas dos seus diferentes contextos de vida sobre o modo como exploravam, como se relacionavam com o corpo e obtinham prazer dele.

A opção pela faixa etária dos 6 aos 10, ou, por outras palavras, por esta fase de desenvolvimento psicosssexual – pré-adolescência – deve-se:

- À ocorrência das transformações corporais que acarretam, por sua vez, transformações psicológicas que estes jovens sentem mais dificuldade em perceber e, por vezes, em se adaptar. (Vaz *et al*, 1996);
- Ao aumento do interesse e da curiosidade sexual, fator motivador de base para a aprendizagem para a participação dos alunos no programa e facilitador para a sua elaboração e implementação. Na verdade, estes jovens, como todos os outros, tem acesso, através dos média, a diferentes mensagens sobre o sexo e a sexualidade, só que, estas são percecionadas, por vezes, duma forma confusa e distorcida, necessitando de ajuda para as decodificar e compreender (GTES, 2007).
- Ao desenvolvimento das crianças com NEE em termos de socialização, fator fundamental para um programa de Educação Sexual centrado, quer em termos de conceção, quer em termos de intervenção numa perspetiva psicossocial e interativa, do conhecimento de si próprio e do outro, abrangendo este conhecimento a dimensão física, emocional afetiva e relacional (social) de si e de outro enquanto ser sexuado e sexual (Canha & Neves, 2007).

Questões de intervenção

Sendo o desenvolvimento psicosssexual do aluno com NEE como o de qualquer outro, um processo resultante da interação deste com os outros nos contextos em que se desenvolve (escola, família, vizinho, comunidade em geral) então, todos os que com ele interagem estão a fazer Educação Sexual e a influenciar (positiva ou negativamente) esse desenvolvimento. Há que intervir, por esse facto de forma intencional sobre esses contextos, alterando a qualidade dessas interações e/ou proporcionando o surgimento de outras novas.

Como complemento deste projeto de intervenção de carácter formativo será importante dar a conhecer aos pais o conteúdo do programa de educação sexual no qual os seus filhos participaram, fazendo assim cumprir o disposto na Lei n.º 60/2009, onde se lê que os *encarregados de educação, os estudantes e as respetivas estruturas representativas devem ter um papel ativo na prossecução e concretização das finalidades* da implementação da educação sexual em meio escolar.

Para implicar os pais na sua implementação, poder-se-á recorrer a diversos meios de informação sobre o modo como este se vai processando, tais como a ocorrência de reuniões regulares marcadas para o efeito ou a criação de um caderno, onde, numa forma simples e sucinta, se registará a atividade realizada em cada sessão do programa.

A opção pelo caderno de registo, como meio de ligação imediato e funcional entre escola e casa e vice-versa, poderá ter a vantagem não só de proporcionar o desenvolvimento dos pais no desenvolvimento do Programa, facilitando a emergência de atitudes educativas consertadas e coerentes, mas também de melhorar a representação e o conhecimento

que os Pais têm dos seus filhos, promovendo deste modo a sua autoestima.

Objetivos Gerais

Privilegiou-se, na conceção do programa e na sua forma de intervenção, uma abordagem de Educação Sexual formal, baseada na perspectiva psicossocial e interativa do conhecimento de si próprio e do outro, abrangendo esse conhecimento a dimensão física, emocional, afetiva e relacional (social) destes. Recorrer-se-á para tal, como se verá mais adiante, a uma metodologia participativa, dinâmica, centrada nos jovens, nas suas experiências e vivências.

Consideraram-se as finalidades da educação sexual em meio escolar, bem como os conteúdos mínimos de educação sexual para o 1.º ciclo do ensino básico definidos e divulgados pelo Grupo de Trabalho de Educação Sexual (2007), e constituíram-se como objetivos deste programa:

- Conhecimento do seu corpo e o do outro sexo;
- Comunicação (recepção e expressão) de sentimentos e sensações
- Os vários tipos de sentimentos e a sua importância nas relações interpessoais
- Práticas de cuidado diário do corpo
- Reforço da autoestima e autoimagem positivas
- Assertividade para reagir a comportamentos não desejados.

Definiu-se como objetivo global e principal do programa, a Educação sexual dos jovens com NEE. Este objetivo global está operacionalizado em objetivos mais específicos, desenvolvidos ao longo de uma ou mais sessões, de acordo com a complexidade do seu conteúdo, a necessidade de envolvimento de várias áreas temáticas, mas sobretudo devido ao ritmo de aprendizagem, às limitações na compreensão e na retenção das informações e dos conhecimentos próprios das NEE em causa.

Atendendo ao seu conteúdo, estes objetivos estão agrupados em três grandes áreas, abordando cada uma o seguinte:

1. **Um corpo a crescer** – propõe-se desenvolver o reconhecimento das principais diferenças anatómicas existentes entre os dois sexos, incentivando, além disso, o aluno a compreender que o seu corpo muda à medida que cresce (com especial enfoque nas mudanças características da puberdade) e que o crescimento traz não só novas possibilidades e capacidades, mas também novas responsabilidades.
2. **Eu e os outros** – pretende desenvolver o conhecimento de si próprio e do outro, reconhecendo e aceitando a igualdade e a diferença existente entre si e os outros no que respeita quer às características físicas, quer psicológicas: necessidades, desejos, sentimentos, atitudes e valores. Procura igualmente promover o conhecimento e o respeito pelas normas de segurança no relacionamento com os outros, assim como a capacidade de tomar decisões e de recusar comportamentos não desejados.
3. **As dúvidas na minha cabeça...** – Tenta, a partir da curiosidade sexual manifestada pelo aluno, promover a aquisição de conhecimentos elementares sobre a fecundação, a gravidez e o nascimento do ser humano, procurando, em simultâneo, favorecer

a compreensão e o respeito pela importância dos afetos no relacionamento sexual.

Conteúdos e Atividades

No momento de planificar qualquer intervenção educativa, e especificamente educação sexual, as dificuldades inerentes ao desenvolvimento da sexualidade do aluno com necessidades educativas especiais devem ser alvo de reflexão.

O presente programa considerou as disposições legais do Decreto Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, nomeadamente as adequações no processo de ensino e aprendizagem

A seleção de conteúdos e as atividades concebidas para os abordar obedecem, por sua vez, às características da fase de desenvolvimento psicosexual – pré adolescência – escolhida para implementar o Programa. É habitual iniciarem-se, nesta fase, as modificações corporais pubertárias com as consequentes transformações psicológicas a elas associadas. Estas alterações corporais podem ser vivenciadas de forma muito diferentes, podendo os jovens evidenciar quer sentimentos de vergonha e de inibição intensos, quer um sobreinvestimento da imagem corporal, e uma desinibição total (com exibição em alguns casos das zonas mais íntimas do seu corpo).

Começam igualmente a surgir mudanças nas perceções que os rapazes e as raparigas têm de si mesmos e dos outros, assim como nas relações que estabelecem entre si e com os outros (GTES, 2007).

O interesse e a curiosidade sexual aumentam. O desejo e o prazer sexual estão, nesta fase, muito centrados na exploração do próprio corpo –

masturbação. Podem ocorrer jogos sexuais entre os jovens dos sexos ou entre jovens do mesmo sexo, sempre no sentido da descoberta, da comparação e da confirmação do modo como funciona o seu corpo e o do outro e de como se pode obter prazer

Convém lembrar, no entanto, que dada a extensão, a diversidade e a heterogeneidade da população com NEE, são de esperar, entre os jovens, variações na presença destas características, assim como atrasos e avanços nas mesmas relativamente às normas etárias. Daí que, mais do que tomar por referência o nível etário dos alunos, dever-se-á estar atento às suas necessidades, às suas inquietações, aos seus interesses e comportamentos nesta área.

Segundo Marques (2003), é frequente os jovens com NEE terem dificuldades em expressar com clareza os seus pensamentos, sentimentos, desejos, medos e interesses, pelo menos foi o que se observou no grupo de referência a quem foi aplicado o programa. Alguns deles, em particular, podem não falar ou então terem graves problemas de articulação das palavras, o que torna as suas mensagens pouco compreensíveis.

Têm igualmente, no que respeita à compreensão, dificuldade na decodificação das mensagens abstratas e de conteúdo técnico-científico. Têm também alterações nos ritmos de aprendizagem, no processamento e na retenção das aquisições, para além das dificuldades no seu processo de transferência e de generalização a diferentes contextos.

Tal como se afirmou a propósito do desenvolvimento Psicossexual, é de esperar que os jovens com NEE possam apresentar atrasos mais acentuados numa área específica de desenvolvimento, por exemplo, motricidade ou comunicação, independentemente dos atrasos globais verificados em todas as outras áreas de desenvolvimento, pelo que se

sugere uma avaliação prévia das necessidades e das capacidades de cada um.

Metodologia

Ao optar por uma metodologia ativa, participativa, centrada nos alunos, procura-se evitar os efeitos restritivos que teria o uso de uma metodologia expositiva junto de uma população com deficiência mental moderada, em que são acentuadas, como já se referiu, as limitações na retenção, na generalização e na transferência dos conhecimentos transmitidos aos diferentes contextos (Vaz, 1996).

Por esse facto, apela-se, sempre que possível, às vivências e aos conhecimentos dos alunos problematizando-os em situações concretas, incentivando-os a procurar soluções, acrescentando-se para tal, sempre que necessário, novas informações. Proporcionar-se-lhes-ão experiências novas, desafiantes, de desempenho de papéis (representação de comportamentos, atitudes, sentimentos vários....) exemplificativos de situações reais, procurando desta forma que os alunos identifiquem aqueles que na sua opinião estarão ou não corretos. Seguir-se-á uma reflexão orientada pelo professor no sentido de promover a articulação e a integração pessoal dessas experiencias e vivências por parte do aluno.

Para enfrentar as dificuldades de compreensão e de expressão pode recorrer-se ao uso simultâneo da comunicação oral e dos métodos de comunicação.

Independentemente das suas vantagens como meio de comunicação para os jovens não falantes ou com graves problemas de articulação, reduzindo, só por si, sentimentos de frustração e de marginalização

destes, os pictogramas dos métodos de comunicação alternativos possibilitam, à generalidade do seu conteúdo. Serão, por conseguinte, para todos, um instrumento privilegiado de comunicação, quer em termos de compreensão, quer sobretudo em termos de expressão, dado que as diminutas capacidades académicas destes jovens não permitem o recurso nem à leitura, dado que as diminutas capacidades académicas destes jovens não permitem o recurso nem à leitura, nem à escrita e mesmo o seu desenho livre e temático mostra-se, em alguns casos, um meio de expressão pobre e pouco motivador para eles.

Tendo em conta as dificuldades já enunciadas anteriormente, em especial as de abstração e decodificação de conteúdos técnico-científicos, empregar-se-á um vocabulário vulgar e eufemístico, familiar e conhecido do aluno, associando-o aos termos científicos que se desejam introduzir, por exemplo, “pombinha”= vagina , “pila” = pénis.

Utilizar-se-á igualmente uma vasta gama de materiais (fichas, puzzles, jogos de identificação...) e técnicas (técnicas de incidentes provocados, modelagem, simulação, recriação de situações, com experimentação e representação de comportamentos, atitudes e sentimentos) no sentido de tornar mais atraente e motivadora, mais concreta e real abordagem dos temas. Estas técnicas serão muito proveitosas, possibilitando aos jovens o confronto e a vivência de formas diferentes de pensar, sentir e agir.

Espera-se que com o simples facto do programa assentar numa metodologia dinâmica e incentivadora da participação dos jovens, estes se tornem mais confiantes e autónomos, promovendo não só atitudes de escuta e aceitação das ideias, crenças e valores dos outros, mas também desenvolvam a capacidade de afirmação das suas. Espera-se, finalmente, que o jovem se sinta mais capaz de procurar respostas e tomar decisões face aos desafios do seu crescimento.

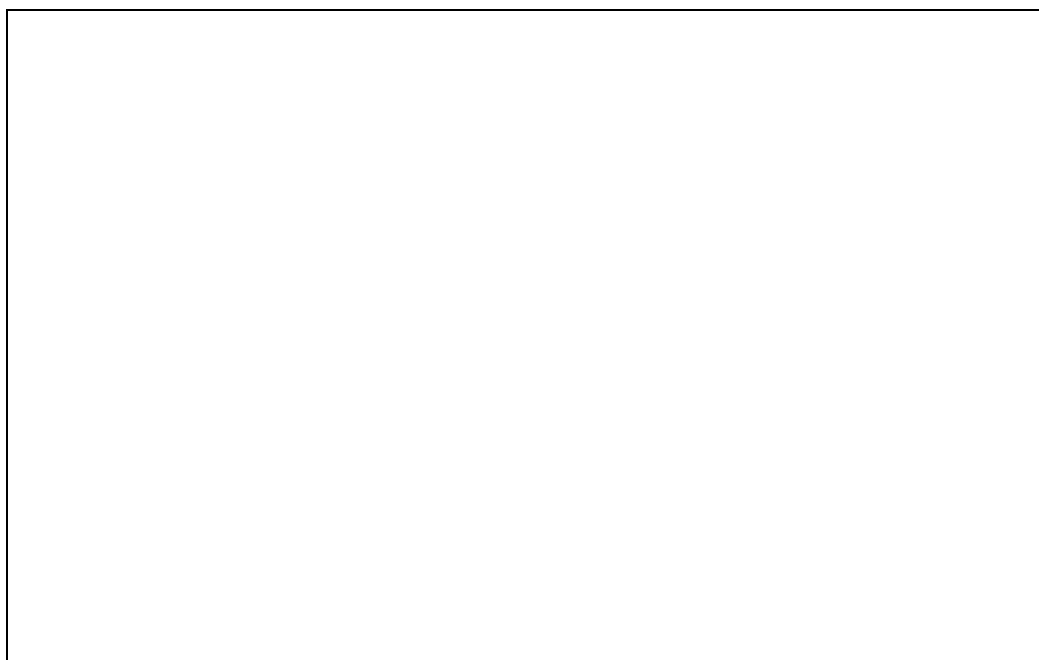
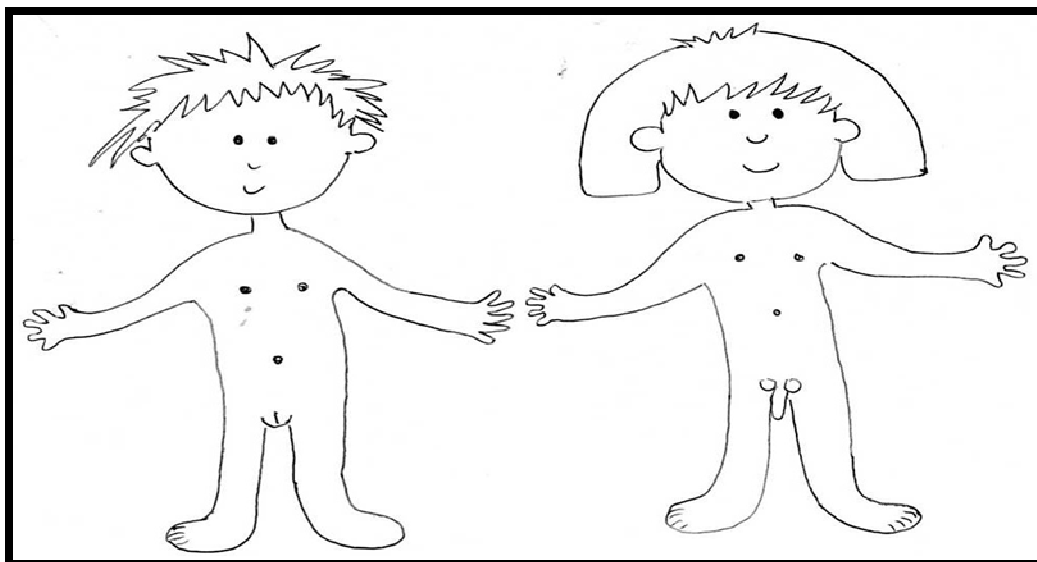
O programa está organizado em sessões com a duração aproximada de 60 minutos cada.

Apesar de existir um objetivo definido por sessão, as limitações, já varias vezes referenciadas, do jovem com NEE obrigam, por vezes, a abordar um determinado objetivo em várias sessões, recorrendo-se, para potencializar a sua prossecução, a diferentes atividades, estratégias e materiais de apoio. Para estimular a capacidade de evocação de jovem e reforçar a estrutura inter-relacional e sequencial do programa, sugere-se que cada sessão se inicie com a recapitulação do conteúdo da sessão anterior.

Atividade 1	Quem sou eu?
Área Temática	Um corpo a crescer
Objetivos	Conhecimento e valorização do corpo. Respeito pelo seu próprio corpo e pelo corpo dos outros. Normalizar o vocabulário que se utiliza para denominar as partes do corpo.
Destinatários:	3.º ano; 4.º ano
Duração:	Recursos:
60 minutos	Ficha n.º 1; Lápis de cor;
Planificação da aula:	
Distribuir a ficha; Explicação da atividade; Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas; Conversa/debate alargado à turma.	

Atividade 1

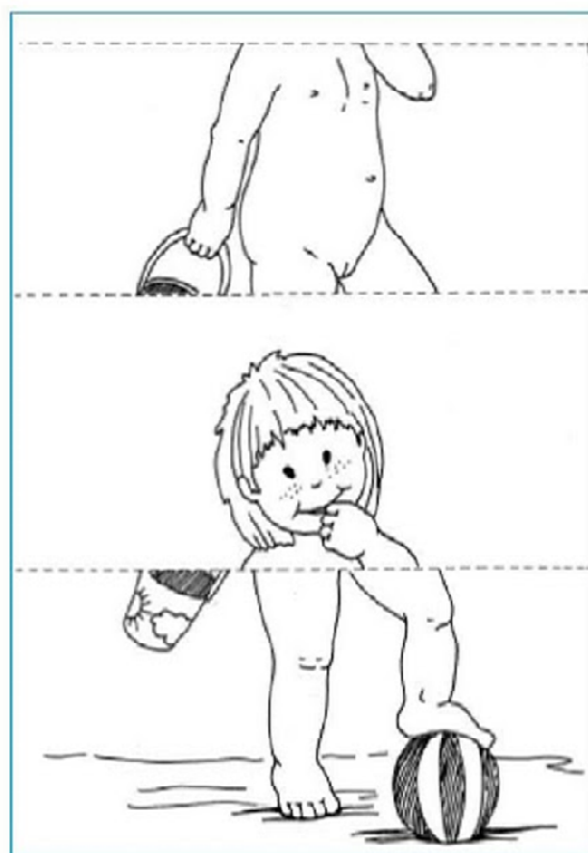
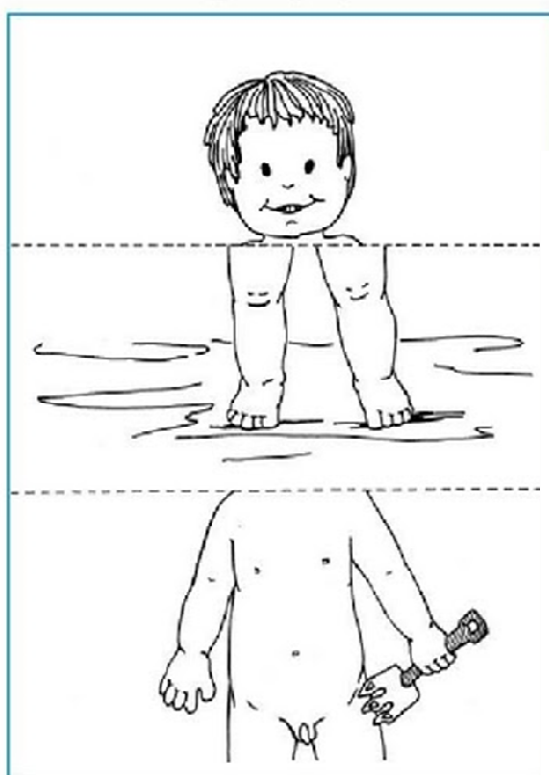
1. O ilustrador enganou-se. És capaz de corrigir o erro?



Atividade 1 adaptada	Quem sou eu?
Área Temática	Um corpo a crescer
Objetivos	Conhecimento e valorização do corpo. Respeito pelo seu próprio corpo e pelo corpo dos outros. Normalizar o vocabulário que se utiliza para denominar as partes do corpo.
Destinatários:	3.º ano; 4.º ano
Duração:	Recursos:
60 minutos	Ficha n.º 1 adaptada; Tesoura; Tubo de cola; Lápis de cor;
Planificação da aula:	
Distribuir a ficha aos alunos com NEE; Explicação individualizada da atividade; Acompanhamento/supervisão pontual da realização da tarefa. Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor; Conversa/debate alargado à turma.	

Atividade 1 adaptada

1. Recorta, monta os *puzzles* e pinta.



Atividade 2	Quais são as minhas características físicas?
Área Temática	Um corpo a crescer
Objetivos	Conhecimento e valorização do corpo. Desenvolvimento da consciência de si próprio. Conhecimento da evolução do corpo humano.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Ficha n.º 2;
Planificação da aula	
Distribuir a ficha; Explicação da atividade; Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas; Conversa/debate alargado à turma.	

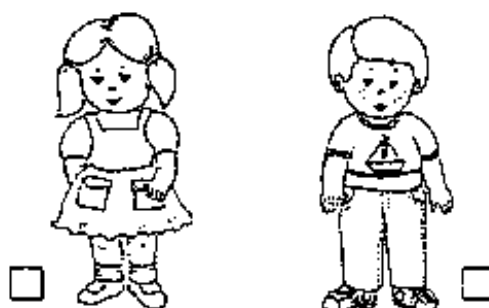
Actividade 2

1- Liga corretamente:



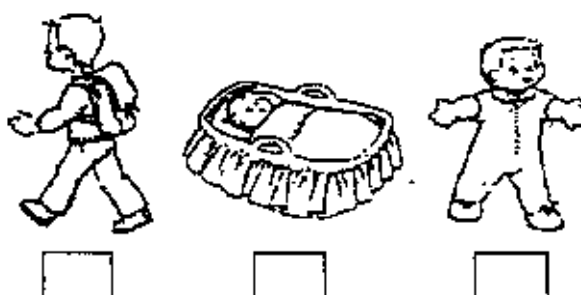
2 – Eu sou... Pinta o que assinalaste.

3 - Coloca um **X** na resposta certa:



Eu sou rapaz.	♂	♀	Eu sou rapariga.
Sou do sexo masculino.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Sou do sexo feminino

4 – Ordena de 1 a 3 as fases de crescimento da criança.



Atividade 2 adaptada**Quais são as minhas características físicas?****Área Temática****Um corpo a crescer****Objetivos****Conhecimento e valorização do corpo.****Desenvolvimento da consciência de si próprio.****Conhecimento da evolução do corpo humano.****Destinatários****3.º ano; 4.º ano****Duração****Recursos:****60 minutos****Ficha n.º 2 adaptada; Tesoura; Tubo de cola****Planificação da aula**

Distribuir a ficha;

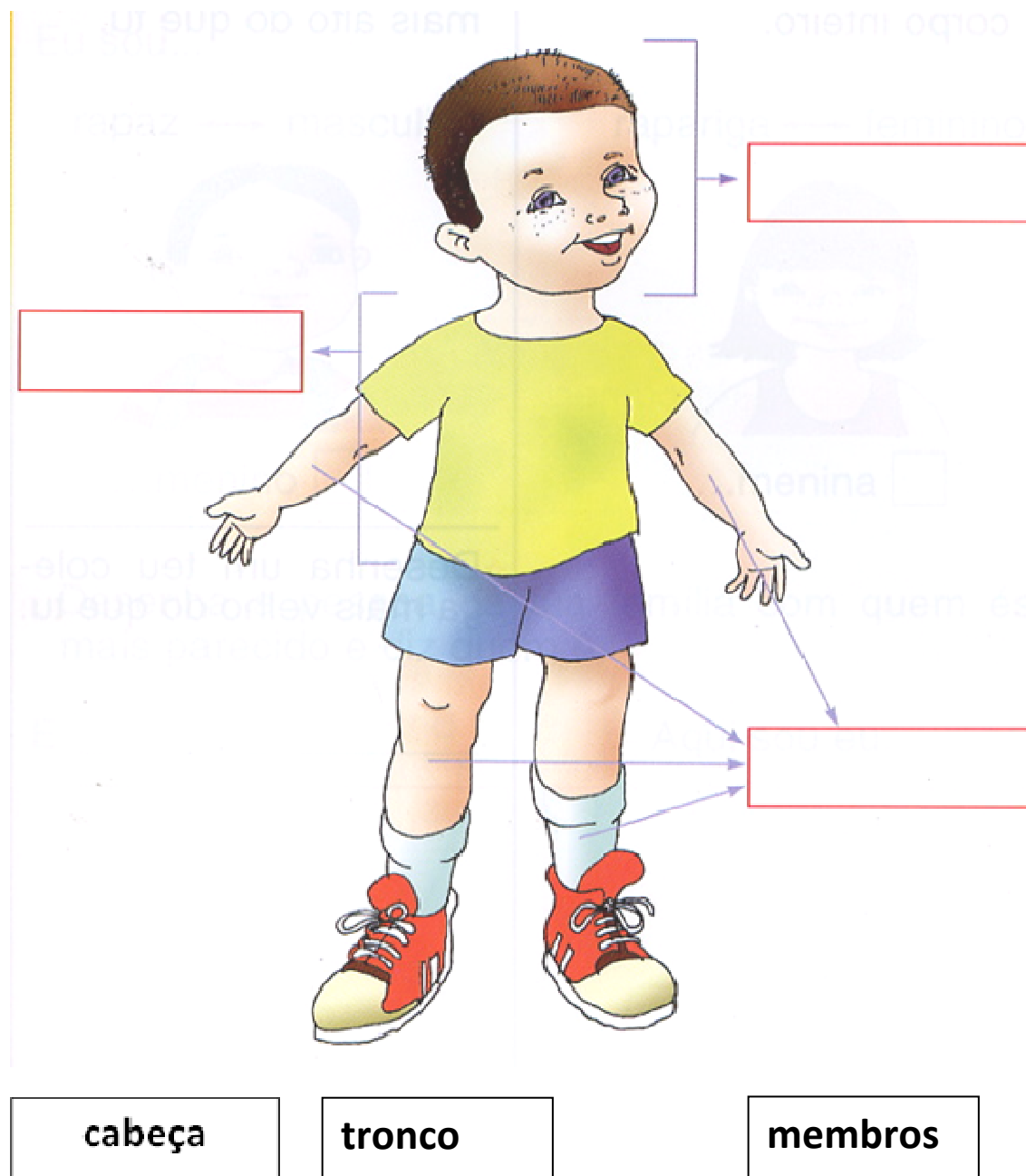
Explicação individualizada da atividade aos alunos com NEE;

Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor;

Conversa/debate alargado à turma.

Atividade 2 adaptada

1. Recorta e cola as palavras no local correto.



Atividade 3	A importância dos amigos
Área Temática	Eu e os outros
Objetivos	Desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Promoção da auto-estima. Promoção de relações interpessoais saudáveis. Desenvolvimento na noção de respeito pelos outros.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Ficha n.º 3
Planificação da aula	
Distribuir a ficha; Explicação da atividade; Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas; Conversa/debate alargado à turma.	

Atividade 3

Os amigos

Lê o texto com atenção:

Ter amigos e amigas é importante. Porque é importante ter alguém em quem confiar e que confie em nós.

Os amigos, se os preservarmos, são para toda a vida.

Mas ter amigos também é importante porque muitas vezes precisamos que nos ajudem, tal como os outros podem precisar da nossa ajuda.

Ajudamo-nos mutuamente e fazemo-nos companhia porque somos amigos e amamo-nos.

Expressar os sentimentos é algo que ajuda a que as relações entre as pessoas sejam agradáveis. Por exemplo, quando dizemos a alguém que gostamos de brincar com ele, ou quando dizemos à nossa mãe ou pai que gostamos da comida que nos preparou.

Também há muitas formas de os outros nos dizerem que nos amam: quando cuidam de nós, quando brincam connosco, quando nos rimos juntos, quando nos abraçam, quando se preocupam connosco, quando nos escutam com atenção, quando nos respeitam e nos valorizam...

Há muitas formas de dizer aos outros que gostamos deles: escutá-los quando falam, contar-lhes coisas, abraçá-los, dar-lhes um beijo, brincar com ele...

A vida partilhada com os outros é muito mais agradável e divertida.

1.No teu caderno, e com base no texto, responde às questões seguintes:

1.1- Porque é importante ter amigos?

1.2- Como podemos dizer aos outros que gostamos deles?

1.3- Explica o significado da última frase do texto.

2.Escreve um texto sobre o teu/tua melhor amigo/a. Não te esqueças de contar como é, o que fazem juntos, como se divertem, etc.

Atividade 3 adaptada**A importância dos amigos****Área Temática****Eu e os outros****Objetivos****Desenvolvimento de competências pessoais e sociais.****Promoção da autoestima.****Promoção de relações interpessoais saudáveis.****Desenvolvimento na noção de respeito pelos outros.****Destinatários****3.º ano; 4.º ano****Duração****Recursos:****60 minutos****Ficha n.º 3 adaptada; Lápis de cor****Planificação da aula**

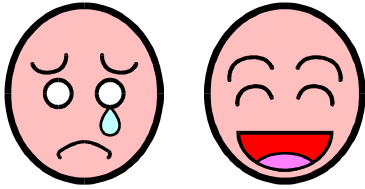
Distribuir a ficha;

Explicação individualizada da atividade aos alunos com NEE;

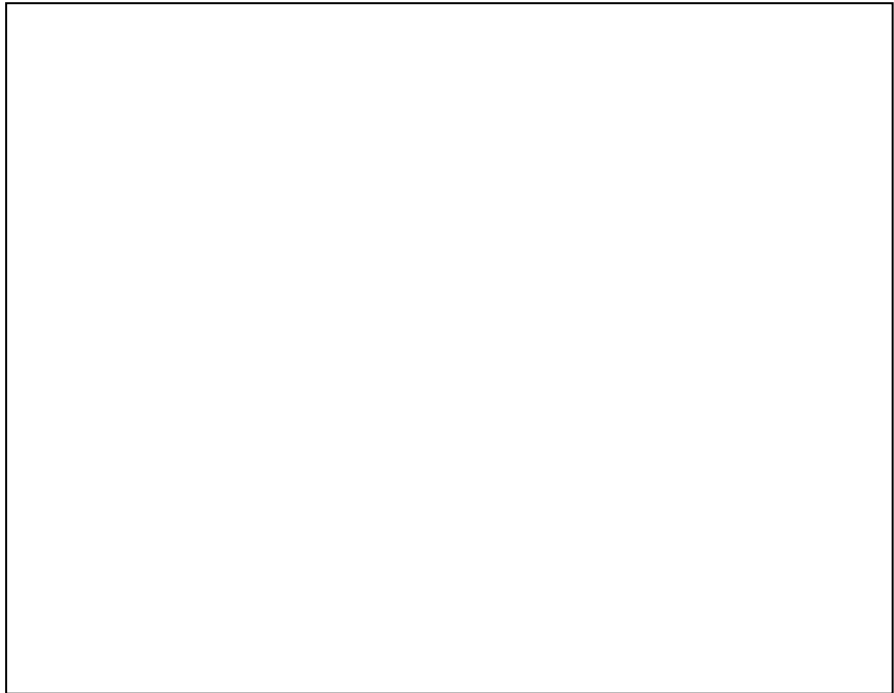
Conversa/debate alargado à turma.

Atividade 3 adaptada

Sabias que os sentimentos podem desenhar-se?



Desenha um/a amigo/a teu/tua e pinta-o/a.



Escreve duas frases sobre ele/a

Atividade 4

À procura da mensagem secreta

Área Temática

Eu e os outros

Objetivos

Adquirir e reforçar conhecimentos relacionados com o cuidado do corpo.

Reforçar e treinar comportamentos saudáveis.

Reconhecer os hábitos de higiene como regra básica da sociabilidade.

Destinatários

3.º ano; 4.º ano

Duração

Recursos:

60 minutos

Ficha n.º 4; Lápis e borracha

Planificação da aula

Distribuir a ficha;

Explicação individualizada da atividade;

Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor;

Conversa/debate alargado à turma.

Atividade 4**À PROCURA DA MENSAGEM SECRETA**

Para encontrares a mensagem secreta tens de realizar as diversas operações.

Com o resultado de cada operação, vais procurar, na “chave secreta”, a letra que corresponde ao número.

Vamos completar este exemplo:

_____	_____	_____	_____	_____
7-2	13+7	18-4	4+6	10+10

CHAVE SECRETA

P	C	T	I	O	A	J	R	B	X
10	5	80	42	20	36	1	14	11	21

Então, procura a mensagem secreta:

_____	_____	_____	_____	_____
18+2	7+4	15-9	20+1	6+5

_____	_____	_____
20-5	15+2	16-3

5+7

10+1

17+5

16-6

12-1

CHAVE SECRETA

R	U	P	D	O	M	C	T	E	S	G
22	13	10	14	11	15	12	21	17	6	20

Atividade 4 adaptada

À procura da mensagem secreta

Área Temática

Um corpo a crescer

Objetivos

Adquirir e reforçar conhecimentos relacionados com o cuidado do corpo.

Reforçar e treinar comportamentos saudáveis.

Reconhecer os hábitos de higiene como regra básica da sociabilidade.

Destinatários

3.º ano; 4.º ano

Duração

Recursos:

60 minutos

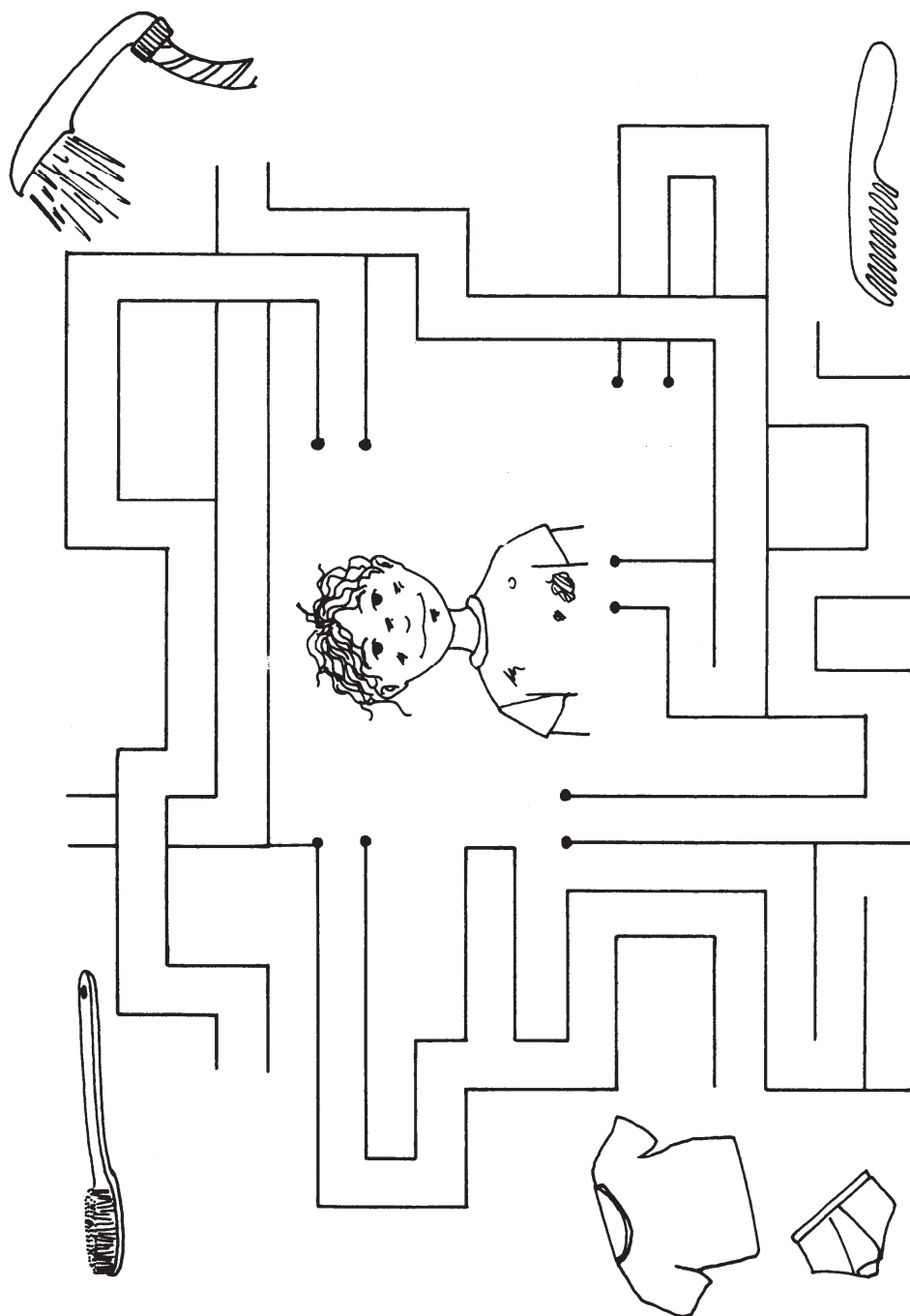
Ficha n.º 4 adaptada; Tesoura; Tubo de cola

Planificação da aula

- ✓ Distribuir a ficha;
 - ✓ Explicação individualizada da atividade;
 - ✓ Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor;
 - ✓ Conversa/debate alargado à turma.
-

Atividade 4- adaptada

Ajuda o menino a encontrar os objetos
para cuidar do seu corpo.



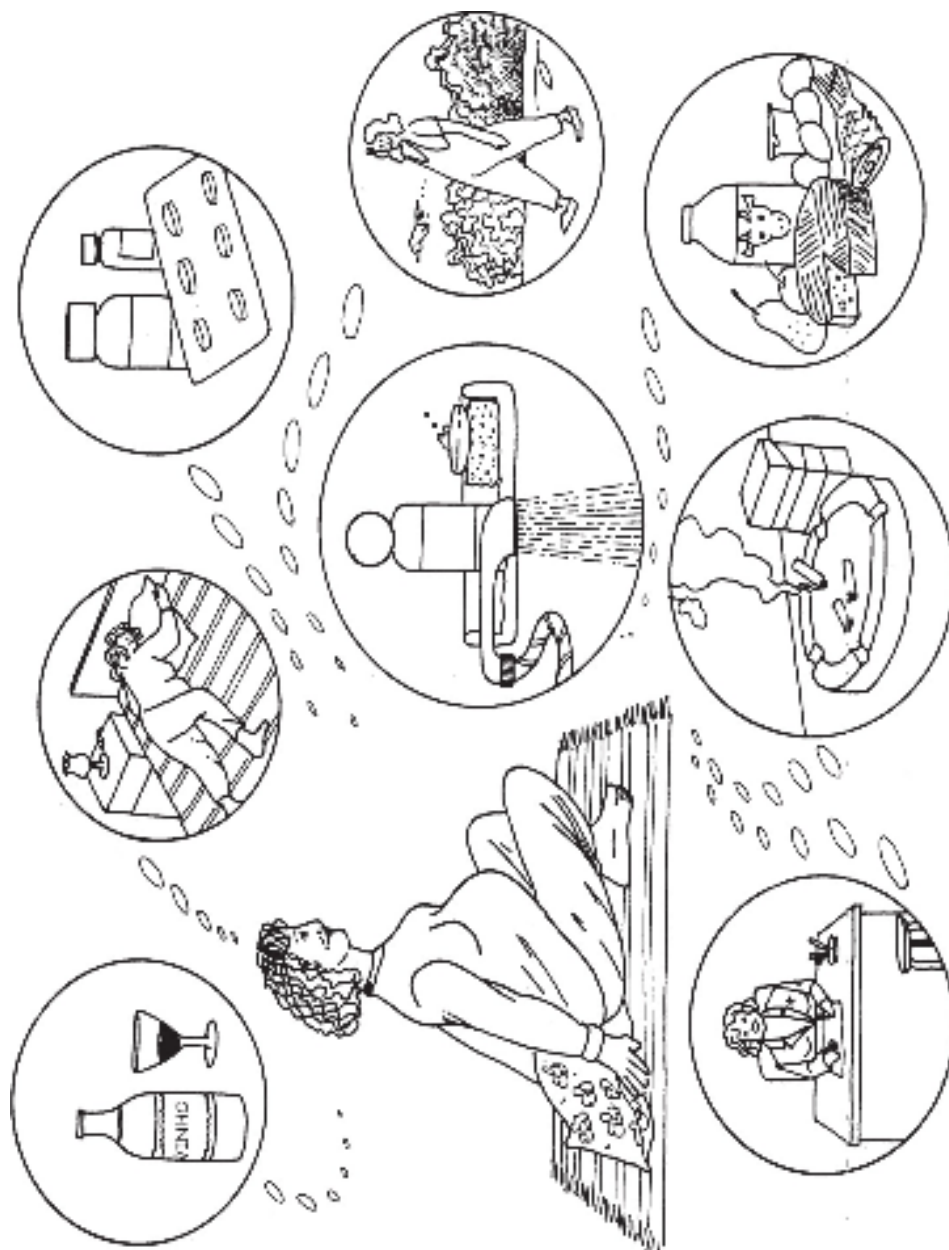
Atividade 5**Comportamento da mulher grávida****Área Temática****As dúvidas na minha cabeça****Objetivos****Adquirir conhecimentos básicos sobre a gravidez.****Promover comportamentos saudáveis.****Destinatários****3.º ano; 4.º ano****Duração****Recursos:****60 minutos****Ficha n.º 5; Lápis de cor; Tesoura; Tubo de cola****Planificação da aula**

- ✓ Distribuir a ficha;
- ✓ Explicação individualizada da atividade;
- ✓ Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor;
- ✓ Conversa/debate alargado à turma.

Atividade 5

Que cuidados deve ter uma mulher grávida?

Pinta e recorta os diferentes pensamentos. Faz grupos com eles



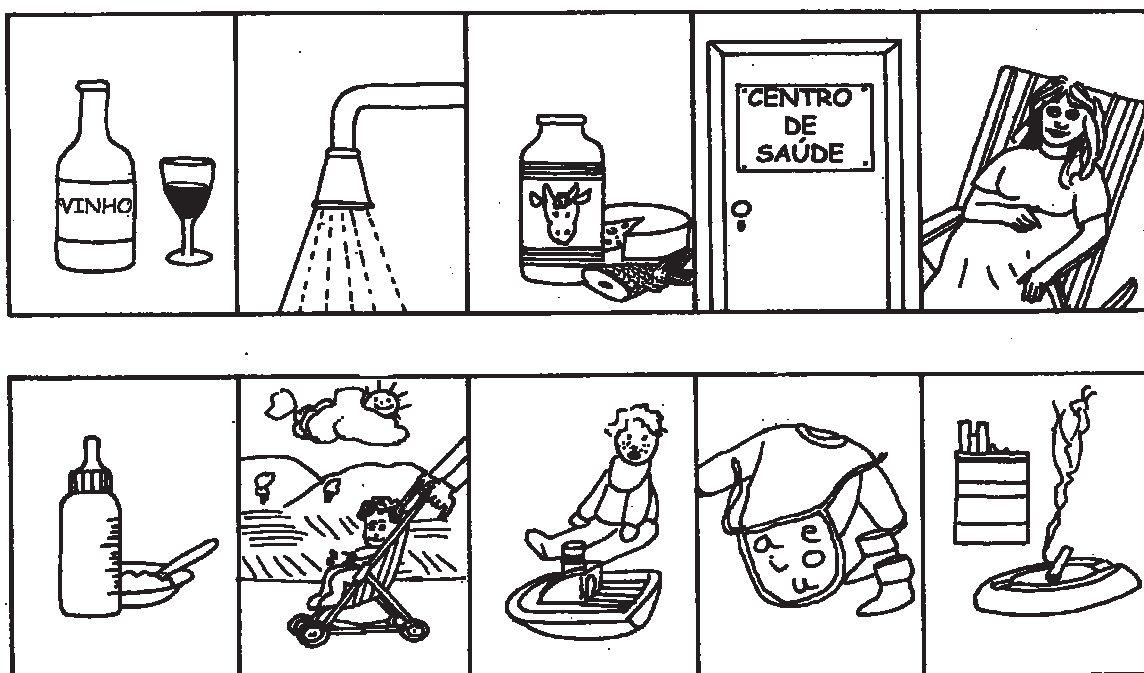
Atividade 5 adaptada**Comportamento da mulher grávida****Área Temática****As dúvidas na minha cabeça****Objetivos****Adquirir conhecimentos básicos sobre a gravidez.****Promoção de comportamentos saudáveis.****Destinatários****3.º ano; 4.º ano****Duração****Recursos:****60 minutos****Ficha n.º 5; Lápis de cor; Tesoura; Tubo de cola****Planificação da aula**

Distribuir a ficha;
Explicação individualizada da atividade;
Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor;
Conversa/debate alargado à turma.

Atividade 5- adaptada

Descobre os erros

Em cada fila há um desenho que não fica bem com os restantes.
Pinta-o de vermelho.



Atividade 6	O meu cartão de cidadão
Área Temática	Eu e os outros
Objetivos	A noção de família e o indivíduo nesse contexto. Promoção da construção e desenvolvimento da individualidade versus sociabilidade; Autoconhecimento e heteroconhecimento.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Ficha n.º 6; lápis; borracha.
Planificação da aula	
Distribuir a ficha; Explicação individualizada da atividade; Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor; Conversa/debate alargado à turma.	

Atividade 6

O meu cartão cidadão

Completa estas frases para te conheceres melhor:

O meu nome é

Os meus apelidos são

A minha mãe chama-se

O meu pai chama-se

Tenho anos

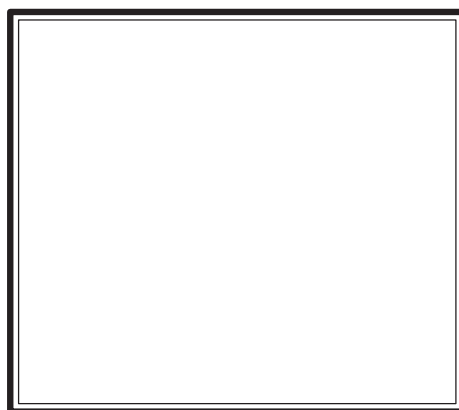
Nasci em

Moro na Rua pertence ao concelho de e ao distrito de

Fisicamente sou

Eu gosto de

Este sou eu



Análise dos dados da turma

Alunos	Altura (cm)	Peso (Kg)

1.Qual é o rapaz mais

alto? _____

E o mais baixo?

Qual é a rapariga mais baixa?

2.Quem pesa mais? _____

Quem pesa menos? _____

3. Há dois alunos com a mesma altura. Quem são? _____

4. Quais são os alunos que têm um peso superior a 50 kg?

Atividade 6 – adaptada	O meu cartão de cidadão
Área Temática	Eu e os outros
Objetivos	A noção de família e o indivíduo nesse contexto. Promoção da construção e desenvolvimento da individualidade versus sociabilidade; Autoconhecimento e heteroconhecimento.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Ficha n.º 6 adaptada; lápis; borracha
Planificação da aula	
Distribuir a ficha; Explicação individualizada da atividade; Quando o trabalho estiver finalizado solicitar aos alunos que o apresentem aos colegas com o apoio do professor; Conversa/debate alargado à turma.	

Atividade 6 – adaptada

O meu cartão cidadão

Completa estas frases para te conheceres melhor:

O meu nome é

Os meus apelidos são

A minha mãe chama-se

O meu pai chama-se

Tenho anos

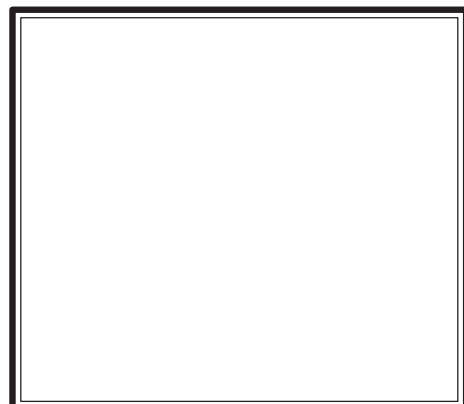
Nasci em

Moro na Rua pertence ao concelho de e ao distrito de

Fisicamente sou

Eu gosto de

Este sou eu



Atividade 7	A grande viagem do ovo
Área Temática	As dúvidas na minha cabeça
Objetivos	Antecipação de conteúdos programáticos de educação sexual do 2.º CEB; Relacionar conhecimentos anteriores; Compreender a mensagem da história; Aumentar o léxico;
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Livro “A Mamã pôs um ovo” de Babette Cole, Editora Terramar;
Planificação da aula	
Visualização/Leitura e simultânea exploração oral da história; Registo gráfico, no quadro, das principais ideias da história e escrita do respetivo vocabulário; Diálogo explicativo com esclarecimento de dúvidas.	

Atividade 7 - adaptada	A grande viagem do ovo
Área Temática	As dúvidas na minha cabeça
Objetivos	Antecipação de conteúdos programáticos de educação sexual do 2.º CEB; Relacionar conhecimentos anteriores; Compreender a mensagem da história; Aumentar o léxico;
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Livro “A Mamã pôs um ovo” de Babette Cole, Editora Terramar;
Planificação da aula	
Exploração individual do livro por parte do aluno; Leitura e simultânea exploração oral da história de forma individualizada por parte do professor; Diálogo explicativo com esclarecimento de dúvidas.	

Atividade 8	Comunicar é importante
Área Temática	Eu e os outros
Objetivos	Favorecer a cooperação entre os elementos do grupo. Incentivar a criatividade para encontrar formas de transmitir uma mensagem. Favorecer a comunicação por meio da escuta, analisar as limitações de uma comunicação unidirecional.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Canetas ou lápis Folhas em branco Folha com um desenho que deve ser copiado
Planificação da aula	
<p>Divide-se a turma em pares que se colocam de costas uns para os outros sem se tocarem.</p> <p>O professor entrega a um dos alunos do par um desenho (que será escolhido pelo professor segundo a idade e as características do par).</p> <p>O aluno que está a ver o desenho tentará descrever o desenho ao seu companheiro e enquanto este desenha não pode falar, perguntar ou sugerir nada.</p> <p>A comunicação é só num sentido e restringe-se à descrição do desenho, como se estivesse a fazer um ditado.</p> <p>Quando todos os grupos terminarem, começa um segundo momento do exercício.</p> <p>Sem mostrar o desenho original, o aluno que ditou pode agora estar frente a frente com o seu colega e terá de ditar o mesmo desenho, podendo agora os dois alunos comunicar livremente.</p>	

Atividade 8 adaptada	Comunicar é importante
Área Temática	Eu e os outros
Objetivos	Favorecer a cooperação entre os elementos do grupo. Incentivar a criatividade para encontrar formas de transmitir uma mensagem. Favorecer a comunicação por meio da escuta, analisar as limitações de uma comunicação unidirecional.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Fotografias de atividades escolares.
Planificação da aula	
Respeitando a base da dinâmica apresentada na atividade 9, aos alunos com NEE serão fornecidas imagens que lhe sejam mais familiares, nomeadamente fotografias dos mesmos em atividades na escola, com o professor e colegas. A este, o professor pede que diga o que vê no desenho ao seu companheiro. A comunicação é só num sentido e restringe-se à descrição da fotografia, promovendo que o companheiro adivinhe qual a situação vivida na escola pelo colega e que se encontra registada na fotografia.	

Atividade 9	Partes de Mim
Área Temática	As dúvidas na minha cabeça
Objetivos	Consolidação de conteúdos programáticos de educação sexual; Relacionar conhecimentos anteriores; Compreender a mensagem da história.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Texto “Partes de Mim”
Planificação da aula	
Leitura, análise e compreensão do texto. Diálogo explicativo com esclarecimento de dúvidas.	

Atividade 9

Partes de Mim

Uso a boca para falar,
Não ponho a língua de fora!
Com os dentes e a garganta
Canto sempre, a toda a hora.
As minhas mãos batem palmas
E os meus pés batem no chão.
As unhas dão muito jeito
Quando tenho comichão!

Se eu tivesse olhos na nuca
Conseguia ver as costas.
Assim não consigo vê-las...
Mas são giras! Quanto apostas?
E no meio da barriga
É que mora o meu umbigo.
Às vezes falo com ele
Como se fosse um amigo...

Quando estou triste ou alegre
Sinto o coração a bater.
Vive dentro do meu peito,
Tem jeito para se esconder!
Quando quero dar abraços
Estendo os braços para a frente;
À volta do seu pescoço
Tudo fica tão diferente!

Na minha cara tenho olhos,
Queixo, pestanas e testa,
Nariz, boca, sobrancelhas...
Cada cara é uma festa!
Tenho muitos caracóis,
Mas não falo de animais!...
São cabelos, é evidente,
E os do meu pai são iguais!

P'ra correr muito depressa
Dobro as pernas pelos joelhos,
E se quero bater palmas,
Uso bem os cotovelos!
Os nomes que há no meu corpo
São muitos, e mesmo assim;
E eu quero conhecer todos,
Porque são partes de mim!

Atividade 9 adaptada	Partes de Mim
Área Temática	As dúvidas na minha cabeça
Objetivos	Consolidação de conteúdos programáticos de educação sexual; Relacionar conhecimentos anteriores; Compreender a mensagem da história.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Texto “Partes de Mim”
Planificação da aula	
Leitura, análise e compreensão do texto. Diálogo explicativo com esclarecimento de dúvidas, de forma individualizada por parte do docente. Proposta de elaboração de um desenho sobre o poema e posterior conversa com o aluno sobre o mesmo, com base no seu conhecimento e em articulação com os conteúdos programáticos.	

Atividade 10	Como reagir a aproximações abusivas?
Área Temática	Eu e os outros
Objetivos	Reconhecer as situações perigosas e formas de se proteger das mesmas. Compreender a mensagem da história.
Destinatários	3.º ano; 4.º ano
Duração	Recursos:
60 minutos	Ficha de Trabalho n.º 10
Planificação da aula	
Apresentação da Ficha de trabalho n.º 10.	
Leitura de todas as produções de texto pelos seus autores.	
Debate alargado sobre o tema.	

Atividade 10

Como agir... quando uma situação me surge.

Imagina que, um dia no parque infantil, encontras uma pessoa que até já tinhas visto antes em qualquer lado, mas não te lembras de onde a conheces.

Essa pessoa convida-te para ir comer um gelado e diz que te dá boleia.
O que farias?

Constrói um texto com 25 linhas.

Atividade 10 adaptada **Como reagir a aproximações abusivas?**

Área Temática **Eu e os outros**

Objetivos **Reconhecer as situações perigosas e formas de se proteger das mesmas.**

Compreender a mensagem da história.

Destinatários **3.º ano; 4.º ano**

Duração **Recursos:**

60 minutos **Ficha de Trabalho n.º 10 adaptada.**

Planificação da aula

Leitura individualizada da Ficha de trabalho n. 10 adaptada.

Proposta de dramatização da situação com apoio individualizado do professor para a construção das personagens e situação a dramatizar.

Dramatização apresentada ao grupo-turma.

Atividade 10 adaptada

Como agir... quando uma situação me surge.

Imagina que, um dia no parque infantil, encontras uma pessoa que até já tinhas visto antes em qualquer lado, mas não te lembras de onde a conheces.

Essa pessoa convida-te para ir comer um gelado e diz que te dá boleia.
O que farias?

Bibliografia

Associação para o Planeamento da família: *Para me conhecer, para te conhecer...*- *Estratégias de Educação Sexual para o 1.º e 2.º ciclos do Ensino básico*.

Borregana, A. A. (2002) *Os afectos e a Educação Sexual no Pré-Escolar*. Lisboa: Texto Editores

Canha, L. N & Neves, S. M. (2007). *Promoção de Competências Pessoais e Sociais: Desenvolvimento de um modelo adaptado a crianças e jovens com deficiência*. Odemira: Associação Paralisia Cerebral de Odemira.

Frade, A., Marques, A.M., Alverca, C. e Vilar, D. (2010). *Educação Sexual na Escola. Guia para professores, formadores e educadores*. 8.^a edição. Lisboa: Texto Editora.

GTES (2005). Relatório Preliminar. Lisboa

http://sitio.dgide.minedu.pt/saude/Documents/Relatorio_Preliminar_ES_31-10-2011.pdf

GTES (2007). Relatório Final. Lisboa.

http://sitio.dgide.minedu.pt/saude/Documents/GTES_RELATORIO_FINAL.pdf. Pesquisa em Janeiro de 2011.

Health Behaviour School-aged Children (HBSC)

http://who.collaboratingcentre.meyer.it/meyer_pro/index.php?option=com_content&task=view&id=83&Itemid=1

<http://www.cig.gov.pt/guiaoeducacao/preescolar/>

<http://www.cig.gov.pt/guiaoeducacao/3ciclo/>

<http://sitio.dgidec.min-edu.pt/Paginas/default.aspx>

Kelly, G. (1998). *Sexuality today: the human perspective* (6^a ed.). Boston: McGraw-Hill, Cop.

Maia, A.C.B. (2001). Reflexões sobre a sexualidade da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, (pp. 35-46).

Marques, A. M., Vilar, D. & Forreta, F (2002). *Educação sexual no 1º ciclo – Um guia para professores educadores*. Lisboa: Texto Editora.

Marques, A. M. (coord.) (2003). *Ser + - Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental*. Lisboa: Associação pra o Planeamento da Família.

Paiva, J., PAIVA, J. (2002) – *Sexualidade e Afectos: para pais, professores e educadores*. Lisboa:Plátano Editora, S. A.

Pereira, M & Freitas (2002). *Educação Sexual – contextos de sexualidade e adolescência*. Lisboa: Edições Asa.

Promover a Saúde da Juventude Europeia – Manual de Formação para Professores e outros Profissionais que Trabalham com Jovens. Lisboa: CCPES – ME Educação Sexual em meio escolar:http://sitio.dgidec.minedu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/370/Ed_sexual_meioescolar.pdf

Re, M. I. (2007). *Educação sexual em contexto de sala. Manual para pais e docentes de crianças dos 0 aos 9 anos*. Coleção educadores. Edições EDIBA.

Matos, M. G. (2010). Sexualidade, afectos e cultura – Gestão de problemas de saúde em meio escolar. Lisboa: Coisas de ler

Loureiro, M. A. S. (1997). *Agora que já não sou criança: programa de educação sexual para jovens com deficiência mental moderada*. Cadernos SNR n.º 7. Lisboa: secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das pessoas com Deficiência.

Luís, M. P, Gonzaga, M. Sousa & S. Guimarães, C. (2011). *Caderno PRESSE 1.º ciclo – Programa regional de Educação Sexual em saúde Escolar*. Porto: ARS Norte.

Urdonez, A. (coord) (2007) *Ni ogros, ni pricesas. Guia para la Educacio Afectivo-Sexual en la ESO*. Madrid.

Vaz, J. Vilar, D. & Cardoso, S. (1996). *Educação Sexual na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.

